

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Ana Maria Miléo Moreira

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA - PRONAF PARA A
PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS QUE FORAM BENEFICIADAS NO ASSENTAMENTO
RURAL PA - ASSURINI, ALTAMIRA, PARÁ, NO PERÍODO DE 2010 A 2015.

Belém/Pará
2023

Ana Maria Miléo Moreira

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA - PRONAF PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS QUE FORAM BENEFICIADAS NO ASSENTAMENTO RURAL PA - ASSURINI, ALTAMIRA, PARÁ, NO PERÍODO DE 2010 A 2015.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Doutora Luciana Almeida Wilm.

Belém/Pará
2023

Ficha Catalográfica

MOREIRA, Ana Maria Miléo.

Contribuições e desafios da Política Pública PRONAF para a permanência das famílias que foram beneficiadas no assentamento rural PA - Assurini, Altamira, Pará, no período de 2010 a 2015/ Ana Maria Miléo Moreira. Belém: FLACSO/FPA, ano 2023.

Quantidade de folhas f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano 2023.

Ana Maria Miléo Moreira

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA
POLÍTICA PÚBLICA- PRONAF PARA A
PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS QUE
FORAM BENEFICIADAS NO
ASSENTAMENTO RURAL PA- ASSURINI,
ALTAMIRA, PARÁ, NO PERÍODO DE 2010
A 2015.

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em:

Prof. Dr^a Luciana Almeida Wilm /Orientadora
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto / 2º membro da banca
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Gabriel da Silva Teixeira/3º membro da banca

DEDICATÓRIA,

Dedico a minha mãe dona Lourdes Miléo, ao meu pai Moacir Moreira e a toda família e amigos, pelo amor e respeito a minha vida!

GRATIDÃO!

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus da Glória! Que me permitiu chegar aqui. A Ti toda honra. Obrigada!

À Santa Luzia e Santa Mãe Maria pela devoção e proteção! Obrigada!

Aos meus pais dona **Lourdes** e sr. **Moacir Moreira**, minha eterna GRATIDÃO!!

Aos meus filhos Fábio, Fabrício e Júlio César e filha Ana Karla, seus familiares sou GRATA pelo AMOR a mim.

As manas Luiza de Marilac, Arlene, Angela, Milena e manos Moacir Júnior e Cristiano, seus familiares, por nossa união e fortaleza nos momentos alegres e tristes. OBRIGADA!

Aos irmãos em memória Maria Aparecida Moreira Santana, Mauro Miléo Moreira e Osmarina Miléo Moreira: SAUDADES QUE NÃO TEM FIM.

A Fundação Perseu Abramo e ao meu Partido PT pela oportunidade de realizar sonhos. Obrigada!!

A minha orientadora professora Doutora Luciana Almeida Wilm, pela sua paciência, competência e compromisso com a educação. Muito OBRIGADA! Serei grata sempre!

Aos agricultores familiares do PA-Assurini, em especial aos que colaboraram para a realização desta dissertação: Sr Domingos, sr. Pereira, sr. Sidevaldo, dona Marly e dona Antonia, essa profissão é abençoada porque proporciona sempre renovação, vida, amor!

Ao STTR, na pessoa do Presidente Sr. Domingos, Cidão, Ewilim, pela disponibilidade em ajudar a realizar esta pesquisa.

Aos órgãos e instituições governamentais INCRA, EMATER, BASA, IBGE, SEMAGRI, pelas informações importantes para a pesquisa.

Aos meus amigos e amigas do Movimento de Mulheres, Trabalhadoras Campo e Cidade, da FVPP, do SINTEPP, do Conselho de Saúde por sempre estarem na luta por um mundo melhor no campo e na cidade. Obrigada!

“Os agricultores familiares possuem um histórico de lutas em prol da reprodução social, intercalando contextos de privações, porém, possuem projetos de vida desafiadores, expressos na enorme vontade de permanecer na terra”.

Ezequiel Redin

RESUMO

Neste trabalho busco analisar a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF para a permanência das famílias beneficiadas por esta política pública, no assentamento PA - Assurini, localizado no município de Altamira no período de 2010 a 2015. Para isso, analisei a importância da contribuição do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR, para o acesso e demarcação de terras deste lugar.

Palavras-chave: PA-Assurini, PRONAF, Sindicato, Agricultura familiar

SUMMARY

In this work I analyze the importance of the National Program for Strengthening Agriculture - PRONAF for the permanence of families benefited by this public policy, in the PA-Assurini settlement. This agrarian reform settlement is in the municipality of Altamira. This study is about the period from 2010 to 2015. For that, I also analyzed the importance of the participation of the Rural Workers Union of Altamira-STTR, which contributed to the access and demarcation of lands in this place.

Keywords: Assurini Settlement Project; PRONAF; Union; Family farming.

LISTA DE SIGLAS

BASA -Banco da Amazônia S/A

BNDS-Banco Nacional do Desenvolvimento

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU-Organização das Nações Unidas

PA- Projeto de Assentamento

PT- Partido dos Trabalhadores

SEMAGRI-Secretaria Municipal de Agricultura

STTR- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira

MMTACC-Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUS- Sistema Único de Saúde

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Agricultura familiar: Históricos e conceitos.....	16
2.1. Agricultura familiar.....	16
2.2. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR, organização e respeito aos agricultores familiares.....	22
2.3. Criação do PRONAF como linha de crédito para a agricultura familiar.....	24
3. Cidadania: dignidade pela política pública.....	29
3.1. Política Pública para a agricultura familiar.....	29
3.2. Política Pública PRONAF-MULHER.....	35
4. Contribuições e desafios do PRONAF no PA-Assurini.....	39
5. Considerações Finais.....	45
6. Referências.....	48
7. Anexos.....	53

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Balsa do Assurini. Fonte Facebook TV Record Altamira	143
Figura 2: Imagem da Ata de Fundação em 1958.....	222

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Acesso ao PRONAF.....	27
Tabela 2 - Atividade Agrícola de 2010 a 2015.....	43

1. Introdução

Esta pesquisa buscou analisar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ PRONAF enquanto um importante instrumento para a permanência de trabalhadores rurais a terra.

O PRONAF é uma política pública que foi criada no ano de 1996 para financiar o fomento e suporte de pequenos agricultores, principalmente os agricultores familiares de todo país, fortalecendo assim, a produção familiar e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Estudar as políticas públicas de modo geral é também estudar a atuação dos entes federativos: Municípios, Estados e União, bem como a sociedade civil organizada para que a população beneficiada tenha parâmetros para avaliar continuamente o que está sendo implementado, garantindo assim as melhorias e aperfeiçoamentos nas políticas para promover o bem-estar tanto individual, quanto coletivo.

As políticas públicas existem para beneficiar a população de um modo geral, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi uma conquista dos usuários na garantia do direito ao acesso a tratamentos de saúde. Outras políticas são voltadas para um setor específico da população, como as famílias de baixa renda que eram atendidas pelo extinto Programa Bolsa Família; ou os beneficiários da agricultura, especialmente da agricultura familiar, atendidos pelo PRONAF. Todos esses direitos estão garantidos no artigo 6 da Constituição Federal promulgada em 88, enquanto bem-estar e crescimento social.

Desta maneira, fiz uma análise da política pública de crédito para o financiamento do pequeno agricultor, como um incentivo para a fixação sua e da sua família no espaço ocupado dentro do seu território e comunidade. O estudo dessa temática me fez sair da área da educação e adentrar a área da agricultura familiar, onde tive a experiência de conhecer um pouco da vivência diária desses pequenos agricultores, seu processo de fixação na terra do Assentamento-PA-Assurini, a permanência das famílias em seus respectivos lotes de terra onde foram assentados, analisei também a importância da participação desses trabalhadores e trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais STTR do município de Altamira/Pará para a obtenção do benefício do PRONAF.

Com o embasamento de vários autores entre eles BIANCHINI (2005); CARNEIRO (1997); WANDERLEY (1996 e 2003); BORGES (2003); COMERFORD (1999); ARAÚJO,

Jair Andrade e VIEIRA, José Eustáquio Ribeiro Filho (2007); BUENO (2021), que tratam, fundamentam e analisam a agricultura familiar e o PRONAF, pude dialogar na escrita desta dissertação.

Esta pesquisa foi realizada com moradores da região do assentamento previamente escolhido, para assim buscar a resposta para o problema: Quais foram as contribuições e os desafios da Política Pública PRONAF para a permanência das famílias que foram beneficiadas no assentamento rural PA- Assurini, localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, no período de 2010 a 2015? Diante desta problemática o estudo também responde aos objetivos **geral**: Analisar quais foram as contribuições e os desafios do PRONAF-Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para a permanência das famílias beneficiadas por esta política pública, no assentamento PA- Assurini, localizado no município de Altamira, no período de 2010 a 2015 e **específicos**: Identificar as famílias que foram beneficiadas pelo PRONAF no assentamento rural PA- Assurini, localizado no município de Altamira no período de 2010 a 2015; Identificar os principais fatores de fortalecimento das famílias beneficiadas pelo PRONAF; Elencar os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelas famílias beneficiadas pelo PRONAF; estudo realizado com a entrevista de moradores do Assentamento PA- Assurini, dentro das normas que determina as metodologias das pesquisas quantitativa e qualitativa, como se ressalta.

Para a realização desta pesquisa, trilhei os caminhos da metodologia da pesquisa quantitativa e metodologia da pesquisa qualitativa que foram trabalhadas concomitantemente para a busca e a coleta dos dados analisados para o relato e finalização da dissertação. No trilhar da pesquisa, tive que fazer alterações da proposta inicial devido a chegada da pandemia do Corona Vírus. A proposta era fazer as entrevistas com 30% das famílias assentadas no Assurini.

Houve momento de muita preocupação com este estudo, depois de muito diálogo, consulta e busca de elementos para realizar a pesquisa, em meio ao contexto pandêmico preocupante, com o agravamento da pandemia, que a cada dia fazia mais vítimas, cheguei a uma alternativa: escolhi cinco agricultores familiares e fiz seis entrevistas, todos participantes da história da comunidade do assentamento PA- Assurini.

Esses agricultores familiares receberam nomes fictícios para melhor resguardar suas identidades, muito embora todos os entrevistados e entrevistadas deram seu consentimento, autorizando as gravações e ficaram assim designados: senhor Francisco, que é morador do assentamento e presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR, entrevistado duas vezes, uma como agricultor assentado e a outra como presidente do STTR, a senhora Dona Maria que era casada e ficou viúva, criou seus filho lá no Assurini, onde

morou até 2015, quando casou-se novamente; o senhor José que foi um dos primeiros moradores da terra do Assurini, sua propriedade fica à 6 km antes do Assentamento, no entanto suas informações são valiosas para este trabalho; o senhor Manoel que é assentado, mora desde o início do assentamento, já está aposentado, mas continua cuidando de sua roça com sua família e a senhora dona Antônia que é assentada e mora com a família em sua propriedade. As entrevistas foram realizadas na sede do STTR, com todos os protocolos exigidos pela OMS- Organização Mundial da Saúde, uso de máscara e álcool em gel, algumas entrevistas foram realizadas via Google Meet e por telefone.

Para a coleta de dados das instituições públicas solicitei via ofício para os órgãos e instituições, relacionadas a política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, são eles, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, para esta instituição foi solicitado área total do assentamento PA-Assurini e a relação dos agricultores assentados na época.

Muita dificuldade permeou a coleta desses dados, haja vista que foram feitas várias tentativas de contato com o INCRA e não consegui falar com o gerente, porque este não se encontrava na repartição ou então, era atendida por uma estagiária e, no momento crucial da Pandemia do Corona Vírus, o INCRA fechou as portas para o atendimento externo, passou a ter funcionamento restrito e via online. Foi-me passado o e-mail institucional, para ser enviada a solicitação ao Órgão, que depois de praticamente um ano recebi a resposta, com os dados solicitados, tiveram muitas tentativas de cobrança, por e-mail, telefone institucional e celular, até que encontrei um servidor que resolveu responder os dados que havia sido solicitado.

Para a EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Pará, iniciei o contato antes da Pandemia, também houveram dificuldades para responderem, nessa instituição participei de cinco conversas, entreguei ofício para uma servidora pública que me atendeu e era justamente a pessoa que iria contribuir com a pesquisa, a partir daí ficou-se trocando mensagens de WhatsApp, ela solicitou o meu endereço eletrônico, um dia recebi a resposta esperada via e-mail. Esse órgão é muito importante, um dos mais importantes uma vez que é neste órgão que os técnicos elaboram os projetos de financiamentos com os pequenos agricultores e depois fazem o acompanhamento técnico da atividade agrícola beneficiada pela Política Pública do PRONAF. As visitas nesse órgão, foram antes e durante a pandemia do Corona Vírus, com toda a segurança de proteção recomendada pelas autoridades sanitárias do Brasil e do mundo. O ofício enviado a eles foi entregue pessoalmente e a resposta recebida através de e-mail.

Ao Banco da Amazônia Sociedade Anônima- BASA, também foram várias idas ao banco pessoalmente até quando o gerente me entregou uma planilha via WhatsApp com os dados solicitados via ofício.

Ao IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fui bem recebida, entreguei o Ofício, com 15 dias, tive retorno com resultado, mas não tive a resposta que gostaria de receber, porque não se conseguia distinguir os primeiros assentados.

Por fim, ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira -STTR foi entregue ofício pessoalmente para a secretária, neste ofício solicitei uma conversa com o presidente da instituição, que foi agendada e realizada também durante a Pandemia.

O assentamento PA- Assurini, meu campo de pesquisa, está localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, à margem direita do Rio Xingu, com o perímetro iniciando no travessão da Dispensa I até o travessão Bom Jardim II, fica do outro lado do Rio Xingu, travessia de balsa com 45 minutos.

Figura 1 - Balsa do Assurini.



Fonte: Facebook TV Record Altamira

Esta dissertação está dividida em 5 capítulos. Para que haja um melhor entendimento, o primeiro capítulo trata do estudo bibliográfico da Agricultura Familiar: históricos e conceitos. Neste capítulo busco entender como a introdução do conceito de agricultura familiar foi importante para garantir direitos aos trabalhadores rurais de pequenas propriedades e sobre a criação e importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, um programa que se tornou uma política pública e que ajudou a fomentar a agricultura familiar brasileira por meio do acesso a créditos subsidiados pelo Governo Federal. Na sequência, analiso o conceito de cidadania como dignidade alcançada pela política pública.

No capítulo segundo analiso as políticas públicas e cidadania para o agricultor, enquanto sujeito social, político na conquista de sua identidade na garantia de direitos, focando

particularmente o pequeno agricultor do PA-Assurini, a influência ao acesso da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, a sua contribuição para a permanência de famílias agricultoras no assentamento, em seguida analiso a história da criação, participação e organização do STTR de Altamira, para a conquista desta política pública de fomento ao pequeno agricultor, e ainda mostro a participação do PRONAF MULHER para atendimento e benefícios da política pública a ela destinada.

No terceiro capítulo e nas conclusões, faço destaque para as contribuições e os desafios do PRONAF no assentamento PA- Assurini bem como para os resultados da pesquisa que foram e continuam sendo tão importantes para fortalecer e valorizar as organizações e conquistas dos agricultores familiares em especial aquelas do Assentamento.

2. Agricultura familiar: Históricos e conceitos

2.1. Agricultura familiar

Este capítulo busca entender como a introdução do conceito de agricultura familiar foi importante para garantir direitos aos trabalhadores rurais de pequenas propriedades. Por meio da regulamentação do Estado, este grupo de trabalhadores se legitimaram como uma categoria profissional que possibilitou diferença no sistema de produção agrícola, contribuindo para o desenvolvimento da economia de nosso país. Para além do debate sobre o conceito de agricultura familiar, neste capítulo falo também da contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira-STTR para o fortalecimento da categoria dos pequenos agricultores e do tema foco desta dissertação que versa sobre a criação e importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, uma política pública que ajudou a fomentar a agricultura familiar brasileira por meio do acesso a créditos subsidiados pelo governo.

O conhecimento acerca da agricultura pode ser pensado a partir de quando ela possibilitou a humanidade deixar de ser nômade para se fixar em um lugar no qual pudesse colher os frutos de seu trabalho na terra. Partindo dessa premissa, faz-se uma análise de um dos ramos da agricultura, o da agricultura familiar.

Seyferth (2011, p.2) considera que agricultura familiar se trata de uma categoria ou uma particularidade do campesinato e, desta forma, há uma necessidade de resgatar um pouco da história acerca do surgimento deste conceito, para isso é essencial ter atenção aos termos campesinato e camponês, que são indispensáveis e úteis, ainda que imprecisos quanto a sua definição frente a diversidade que representa no universo empírico.

Os termos campesinato e o camponês são imprecisos na medida em que se busca defini-los quanto a sua designação, afinal, abarcam vários sentidos e significados que são abrangentes no que se refere a quantificação de atribuição sobre eles. A exemplo dos primeiros estudos teóricos sobre a sociedade camponesa e o campesinato nas ciências sociais, estes estão voltados para uma cultura, organização e economia específicas, mas que oscilam entre o conceito abstrato de generalidade com aspectos próprios e as atribuições mínimas de que “o camponês é um cultivador da terra que ele e a família trabalham e ao mesmo tempo é seu lar e seu modo de vida” (Seyferth, 2011, p. 2) dispendo de uma produção para o próprio consumo e em pequena escala. Apesar destes pontos mínimos elencados pela autora, ela enfatiza que na América Latina existem características de formas diversas para designar o termo camponês,

muito embora ainda não haja um conceito definido para esta temática tão importante para região.

No caso do Brasil, a partir da década de 1970, ocorre uma intensificação dos estudos sobre os camponeses, principalmente no Nordeste, onde vários movimentos sociais começaram a ser registrados e organizados contra a velha oligarquia de dominação que apresentava a prevalência de um tipo de trabalho não regulamentado, muitas vezes também não remunerado, em grandes latifúndios que se valiam da condição dos trabalhadores expropriados de terras para “oferecer” moradia e subsídio em troca de relação exploratória com a produção realizada pelos agricultores, como relata Sigaud (2007).

A circulação de camponeses em busca de melhores condições de vida e sustento foi algo notadamente registrado na história mundial e brasileira, porém a forma de ocupação no Brasil vivenciou específicas peculiaridades por exemplo na região Sul prevaleceu a colonização com predominância de imigrantes europeus, em outras frentes como os camponeses do sudeste, foram para o nordeste e compuseram grupos de agricultores organizados ou se organizando. A expansão para as “novas fronteiras” como eram tratados os territórios da Amazônia e Centro-Oeste foram ocupados aos poucos principalmente por meio de grandes obras que além de atrair os trabalhadores de construção civil, chamavam pequenos agricultores rurais para ocupar as terras consideradas sem dono, Seyfert (2011) diz que:

Na década de 1970 houve uma intensificação dos estudos camponeses no Brasil, em particular no Nordeste, onde vinham ocorrendo movimentos sociais contestadores da velha ordem oligárquica de dominação, mas também em outros lugares, como o sul (onde prevaleceu a colonização com imigrantes e descendentes) e as frentes de expansão que atraíram pequenos produtores rurais do nordeste e do sul para a Amazônia e partes do Centro-Oeste (SEYFERT, 2011, p. 4).

A ênfase aos estudos sobre os camponeses relatado por Giralda (2011) foi marcante devido à grande movimentação que os pequenos agricultores fizeram para receberem o nome de agricultores familiares, expressão forte que coloca o Estado em evidência e reconhece os direitos territoriais dessa população específica, além de fazer visível as lutas por garantia de direitos realizadas pelos movimentos sociais, como os sindicatos rurais e Comunidades Eclesiais de Base- CEBS, para garantir a reforma agrária, que já era uma bandeira de luta antiga, assim como a pauta pela legitimação da terra por grupos etnicamente definidos, “o agricultor familiar entra na política reconhecido pelo Estado” (Seyferth, 2011, p. 4).

O município de Altamira e região foi uma das áreas que recebeu grandes obras para o povoamento da Amazônia, este processo mexeu com a infraestrutura da cidade, a sede do município e do campo, em toda sua circunferência. Se faz necessário dizer que uma dessas

obras foi a Construção da Rodovia Transamazônica, a BR-230, povoada com pessoas de outros estados e até mesmo de outros países.

As pessoas eram assentadas pelo projeto da rodovia, e quase concomitantemente se deu também o processo de organização de luta pela regularização da terra junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA e por outras políticas públicas como educação, saúde, que no momento se tornariam necessárias, estas foram organizadas e lideradas pelos movimentos sociais aqui estabelecidos como o movimento das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, com base na Teologia da Libertação liderada pela Igreja Católica.

Neste momento de aumento populacional as pessoas já se movimentavam para povoar a terra do Assurini, este nome faz menção aos indígenas Assurinis que habitavam a área. O espaço que até então não havia sido povoado porque as pessoas tinham medo de irem pra lá, moravam lá apenas ribeirinhos.

O povoamento que embasou a criação do assentamento PA-Assurini se deu a partir de 1975, como disse o senhor José que é um dos primeiros novos moradores

“No início do povoamento, eram poucas as pessoas que queriam atravessar o rio Xingu porque tinham medo dos índios Assurinis e eu fui, peguei a canoa e atravessei e demarqueei as minhas terras, fiquei trabalhando e depois foram chegando mais trabalhadores rurais, até então só tinha os ribeirinhos (JOSÉ, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set. 2021)

Com a chegada desses trabalhadores rurais na terra Assurini, iniciou o povoamento deste lugar, aos poucos iam chegando pessoas de vários lugares, para ali morar e cultivar, tiravam e marcavam suas terras porque estas eram devolutas, quer dizer pertenciam a União. Aos poucos eles foram abrindo a estrada, fazendo uma “picada”, que é uma pequena estrada feita ao corte de facão, onde agricultores iam se posicionando de um lado e de outro. Esses pequenos agricultores iniciaram suas plantações com o cultivo de lavoura branca, que é o arroz, o feijão, o milho, hortaliças entre outras e não contavam com nenhuma infraestrutura.

Com o passar do tempo o povoado foi crescendo e a produção agrícola também, assim como os problemas de infraestrutura que eram: a estrada boa para escoar o alimento produzido, escolas para os filhos desses agricultores, falta de atendimento à saúde, entre outros.

Do ponto de vista constitucional de garantia e manutenção de direitos para trabalhadores da terra organizados em pequenas propriedades rurais “O termo agricultura familiar passou a ser utilizado a partir da década de 1990, no campo das políticas públicas direcionada ao setor agrícola, que veio se consolidar aqui no Brasil[...]” (FILGUEIRAS, 2017, p.119), portanto foi a partir da criação do PRONAF, em 1996, que a profissão de agricultor

familiar foi criada definitivamente e já definida as primeiras condições favoráveis de financiamento entre eles: 01. O critério da área até 4 módulos fiscais vem da definição de pequena propriedade na Lei Agrária; 2. O limite de mão de obra assalariada de até 2 (dois) empregados permanentes; e ou o predomínio da mão de obra familiar; 3. O beneficiário deve residir no estabelecimento ou em aglomerado urbano próximo, e outros benefícios; 4. Predomínio da Renda do Estabelecimento na renda familiar, cada um com suas especificidades, além de outros benefícios, como de inclusão social a grupos economicamente vulneráveis.

Para Wanderley (1996, p. 2) a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ela tem significado abrangente, ao assumir um novo conceito com regulações institucionais, um novo personagem teria assumido a condição de produtor moderno, que é apresentado por meio de políticas baseadas na viabilidade econômica e social. Na pesquisa foram observadas famílias que se solidificaram com ajuda intrafamiliar, como podemos observar na fala dos entrevistados, “tenho quatro filhos e todos trabalham comigo na propriedade da família” (Francisco/Entrevistado 2021) e do sr. José “trabalhei com os meus dois filhos em nossa propriedade e juntos vencemos dificuldades” (JOSÉ, Entrevista/2021).

Para a autora o conceito de agricultura familiar significa um núcleo que ao mesmo tempo é proprietário de seus meios de produção e assume o trabalho no espaço produtivo, de forma econômica e social. Ela ainda afirma que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade” (WANDERLEY, 1996, p.3).

Neste tipo de organização as famílias se unem para junto vencerem as dificuldades e terem sucesso em suas atividades produtivas, haja vista que trabalharam para terem suas rendas com a produção familiar. Depois de muitos anos trabalhando juntos hoje pode-se dizer que houve um avanço na caracterização da categoria de agricultores familiares nos aspectos econômico, social e político e afetivo.

No contexto de organização política de agricultores Comerford (1999, p. 22) dá uma ênfase na construção dessa categoria em seu livro “Fazendo Lutas”, o autor conta a história da vida cotidiana dos trabalhadores rurais e a busca para encontrar um pedaço de terra para plantar e dali tirar o seu sustento e de sua família. Em seu livro ainda conferimos uma reflexão acerca da mudança de como os trabalhadores que viviam somente do trabalho análogo ao trabalho escravo nas fazendas e rompem com esse vínculo (informal) e passam a fazer parte de uma categoria, que mais tarde se torna conhecida como de pequenos agricultores, além de se fortalecerem enquanto categoria baseada na união.

A união dos trabalhadores daquele contexto foi possível principalmente por conta da forte atuação que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que teve ao promover conscientização

sobre os direitos à terra e trabalhista para esta categoria, com o sindicato e a categoria fortalecidos, passaram a conquistar direitos para implementação de suas lutas a exemplo da busca de políticas públicas, como financiamento e assistência técnica para cuidarem de suas terras.

Wanderley (1996, p.2) diz que a agricultura familiar é considerada uma categoria mais genérica na medida em que ela ao mesmo tempo é proprietária da sua terra e de outros bens, assume a responsabilidade da produção para o sustento de sua própria família e da comercialização de produtos excedentes, mantém as relações familiares nos aspectos sociais, econômicos e políticas mais fortes, tão importantes para a continuidade do vínculo familiar e de trabalho, quanto a este conceito Wanderley afirma:

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p.02)

Se a agricultura familiar pode ser vista como uma categoria mais ampla, Wanderley conceitua o campesinato tradicional como uma “forma particular da agricultura familiar” (1996 ,p.2) porque a agricultura familiar está pautada no vínculo entre a família, a propriedade e o trabalho, sendo que sua particularidade está nas experiências de socialização, como a entrada na sociedade global em uma estrutura de interconhecimento e de mediação.

As sociedades camponesas, são identificadas (WANDERLEY,1996, p.03) por algumas características frente a sociedade global, entre elas, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico com autonomia relativa, uma sociedade de autoconhecimento, além da capacidade de fazer mediação entre as relações da sociedade local com a sociedade global. Sendo que a autonomia aqui referida é a demografia, social e econômica, onde a autonomia econômica é capaz de prever a sustentabilidade do grupo familiar e a subsistência do grupo familiar de modo imediato, que atende as necessidades do grupo doméstico e a reprodução de famílias pelas futuras gerações, assim o resultado, a interação desses dois fatores é a característica fundamental que é a especificidade do seu sistema de produção é a centralidade da constituição familiar.

Essa caracterização se deu também de modo particular e específico no Assentamento PA- Assurini, no momento em que se iniciou a ocupação daquele território por agricultores que vieram em busca de uma terra devoluta para plantar. Esses agricultores chegavam de outros Estados, como Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Ceará, bem como de outros

municípios do próprio Estado do Pará, como no caso do entrevistado, o Sr. Manoel que apesar de ser cearense, estava há 4 anos em outro município paraense antes de se “arriscar” em outras terras, disse ele:

“sou cearense, e hoje tô morando no Assurini, já tem 41 anos, que tô aí. Quando vim aqui para o Pará, fiquei 4 anos em Conceição do Araguaia e lá era muito fraco pra esse negócio de terra. E tinha uns parentes aqui que descobriram essa terra aí. Aí eles vinham pra cá, né? E aí eram companheiros da gente até compadre, aí falei com eles, se desse certo, eu vinha mais ele. Não, nós vai! Lá tem terra, nós vamos fazer, a gente arriscou! Aí quando eles vieram de mudança, a gente veio com ele olhar. E achou que deveria vir pra cá, porque tinha terra em abundância, e o que a gente precisava era de terra e chuva e com isso a gente veio pra aí e se amarrou aí tá aí até hoje (MANOEL, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set./ 2021).

O senhor Manoel que veio do município de Conceição do Araguaia foi atraído por um amigo e compadre para tirar um pedaço de terra neste município e aqui chegando, tirou e demarcou a sua terra, como planejado, onde fixou morada e está até hoje. Com a chegada de novos colonos e a exemplo de outros estados, se organizaram com a ajuda do sindicato Rural de Altamira, para reivindicarem a criação do Assentamento PA-Assurini, para isso foi criada uma comissão de agricultores e agricultoras filiados a este sindicato e foram ter uma audiência com o Superintendente e o Executor do INCRA. Ao chegar em Altamira, a comissão foi recebida pelos executivos do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, onde pautaram a solicitação e a necessidade da criação do assentamento Assurini, disse o agricultor e entrevistado sr. Francisco,

Para que os trabalhadores rurais pudessem ter, como objetivo ter acesso aos créditos e recursos da reforma agrária, porque a única via de legalidade para se ter acesso, para se ter crédito era a criação de um assentamento. (FRANCISCO, entrevista concedida a esta pesquisa, Abr/ 2021).

A justificativa que o agricultor e entrevistado sr. Francisco nos fala da relevância de se ter um assentamento, e de se criar este assentamento no Assurini para poder então, ter os seus assentados e outros pequenos agricultores o direito ao acesso dos créditos da reforma agrária.

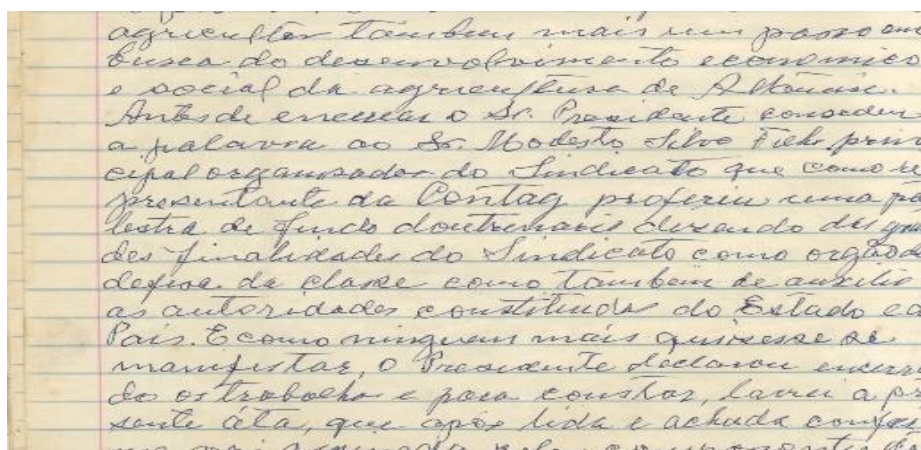
Sentindo essa necessidade e com a ajuda do Sindicato Rural de Altamira-STTR esses agricultores iniciam uma organização em prol do melhoramento da terra do Assurini, a qual faço uma explicação no item dois para um melhor entendimento do leitor.

2.2. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR, organização e respeito aos agricultores familiares.

Aqui relato a história do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR e a importância deste para a organização dos trabalhadores da agricultura em Altamira, em particular dos agricultores familiares, sua contribuição e conquistas para que o leitor tenha uma maior informação a respeito deste sindicato.

Pesquisando a história do sindicato, constatou-se que ele não é novo no município de Altamira, foi fundado no dia 09 de junho de 1958, de acordo com a Ata de criação nos arquivos do sindicato (em anexo). Antes da tomada da gestão, ele atendia todos os agricultores rurais filiados do município de Altamira, de acordo com as orientações de sua criação.

Figura 2: Imagem da Ata de Fundação em 1958



Fonte: Arquivo do STTR

No momento da criação do Sindicato, um representante da entidade CONTAG, responsável pelas criações dos sindicatos palestrou dizendo que o objetivo daquela entidade era ter um “fundo doutrinário, onde as grandes finalidades do sindicato eram como órgão de defesa da classe, como também de auxílio às autoridades constituídas do Estado e do país” (Palestra proferida pelo senhor Modesto Silva Teles, principal organizador do sindicato nacional e representante da Contag/Arquivo do STTR, 1958). No entanto, houve uma alternância de valorização e composição dos sindicatos, haja vista que estes seguiam as orientações do Governo Central, assim diz Gregório (2006),

A “política de renovação”, entre os anos 1967 e 1968 criou diversos sindicatos entre trabalhadores rurais e urbanos. Era do interesse do Estado criar um grande número de sindicatos, pois que a estrutura representativa concedia pesos desproporcionais ao pequeno sindicato nas votações. Os sindicatos-

fantasmas liderados por pelegos indicados pelo Ministério do Trabalho assegurariam o controle do estado sobre a classe trabalhadora. A estrutura corporativa dos sindicatos não trazia nada de novo, permanecendo essencialmente a mesma desde a criação da CLT em 1943. (GREGÓRIO, p.66, 2006)

Observando a criação do sindicato rural de Altamira, tinha as mesmas orientações do Ministério do Trabalho, mas que no Brasil afora esses sindicatos haviam deixado de seguir o Governo da época, por isso chamado de “pelegos” que eram lideranças indicadas pelo Ministério do Trabalho, assim tinha o controle de tudo o que se passava com o Sindicato, desde a eleição e outras questões.

Anos mais tarde o sindicato STTR de Altamira, que foi criado também nesses moldes do Ministério do Trabalho e atuava bem, porque existiam filiados que nem eram agricultores. Os pequenos agricultores do Município incluindo os do Assurini, iniciaram um processo de organização e de luta dentro do próprio sindicato para tomarem o sindicato desse grupo que há tempo estava dirigindo, e de fato aconteceu, no ano de 1988, quando no momento da eleição sindical, o candidato dos agricultores foi eleito com uma margem muito grande de votos na frente do outro candidato, desde então esse novo grupo de trabalhadores rurais, passou a ter a liderança e a Coordenação da entidade.

Daí em diante é reforçada uma articulação mais acentuada do sindicato com os agricultores do assentamento PA Assurini, que tinha na presidência um representante da categoria, para junto com outros agricultores irem ao INCRA, reivindicar a criação de um assentamento para poder ter acesso aos créditos, fomento esse que estava sendo liberado em outras cidades, em outros Estados.

Partindo dessas organizações, ações, articulações dos agricultores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, muita luta, idas e vindas, após quase dez anos pautado junto ao INCRA, o assentamento PA – Assurini, foi criado pela Portaria de número 51, de 17 de julho de 1995, pelo Instituto Nacional e Reforma Agrária-INCRA, pela superintendência Regional do Pará e publicado no diário Oficial da União, do dia 18 de julho de 1995. (Portaria 51/Arquivo INCRA)

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultores Familiares-STTR, foi criado no ano de 1958, conforme ata de criação, no entanto depois de anos, em 1988, este sindicato foi “tomado” pelos agricultores, porque quem era dirigente, ainda fazia parte da organização controlada pelo Ministério do Trabalho, para explicitar melhor, passando assim para terem informações a respeito da importância da organização dos agricultores e orientação do uso da terra para o cultivo, direitos que teriam enquanto agricultores rurais. No primeiro momento este Sindicato servia ao Estado e funcionava de acordo as determinações do

Ministério da Agricultura, e no segundo momento até o atual existem os pequenos agricultores e agricultores familiares estão participando ativamente, são filiados, parte desses estão com suas contribuições sindicais em dias, outros não, mas o fato é que existem hoje mais ou menos 3.000 filiados e filiadas. Como foi mencionado pelo nosso entrevistado Sr. Francisco, a participação no sindicato fortaleceu a luta dos agricultores rurais principalmente no que se refere a busca por novas ações de crédito para fomentar a agricultura familiar e é o que falaremos a seguir.

2.3. Criação do PRONAF como linha de crédito para a agricultura familiar

Outro momento importante, a ser registrado sobre a agricultura familiar, no que tange a organização sindical, e valorização do trabalhador rural, que trouxe uma nova definição para o pequeno agricultor e deu também um novo sentido para a vida das pessoas dessa categoria, o seu modo de vida e de propriedade, foi a criação do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que concebeu um novo conceito ao agricultor familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, criado em 1995, mudou a vida dos agricultores familiares pra melhor, naquele momento puderam ter condições como o fomento para investir em sua terra, como disseram em entrevista, a exemplo, os entrevistados que aqui foram dados nomes fictícios para resguardar as suas identidades, muito embora todos eles tenham autorizado a gravação, 1. Senhor Francisco, 2. Senhor Presidente do STTR, 3. Dona Maria, 4. Sr. José, 5. Sr. Manoel e 6.Sra. Antônia em todas as suas falas enfatizaram a importância do fomento para a agricultura familiar e para o desenvolvimento da agricultura e permanência na terra pelos assentados no Assentamento- PA Assurini. Todos os entrevistados foram beneficiados com o PRONAF, FNO, Mais Alimentos BNDS- Fundo Amazônia (Sistema Mandala), destaca-se os depoimentos dos senhores Francisco e senhor Manoel,

Fui beneficiado com o fundo especial, Fundo Nacional do Norte-FNO e MAIS ALIMENTO, PRONAF né PRONAF que na época o valor era de R\$-100.000,00 (cem mil reais) de acordo o financiamento é liberado com a condição da propriedade do agricultor, o FNO tá dentro do PRONAF é uma das linhas de crédito. (FRANCISCO, Entrevista concedida a esta pesquisa. Abr./ 2021)

Na fala do entrevistado Sr Francisco, percebe-se que ele foi beneficiado com o PRONAF, nas linhas do FNO e Mais Alimentos, esses últimos são linhas de crédito do PRONAF, a exemplo, a entrevistada dona Maria, relata que não pode fazer o crédito do

PRONAF porque já tinha o Fundo Nacional do Norte - FNO, uma prova que o FNO está vinculado ao PRONAF,

Já fui beneficiado com o PRONAF. O processo do PRONAF como o nosso foi o primeiro não foi muito bom, porque eles fizeram um tipo de trabalho que ficamos pagando em parcela e a gente pagava, pagava, chegava lá estava quase do mesmo jeito e aí pro final pagou lá. Pois é, pra nós não foi muito bom não, não foi dos melhores não, porque naquela época, não se tinha ajuda do serviço, os mandatários não abriam espaço. (MANOEL, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set/ 2021).

Esse depoimento que o entrevistado sr. Manoel se refere, observou-se que se tratava do primeiro financiamento, e que teve uma dificuldade para quitar sua dívida com o Basa, como ele diz que graças a Deus quitou tudo e depois fez outros e que o ajudou muito no desenvolvimento de sua propriedade e contribuiu para a sua permanência em sua terra, porque já é aposentado e continua morando lá. Em um outro depoimento em entrevista com o sr. José, este se referiu a uma situação peculiar, com relação aos impostos da terra que eram muito alto, devido ter caído na improdutividade, por conta de uma portaria do Governo Federal, referente à quantidade de hectares de terra, o que fez com ele abrisse mão de suas terras para os seus irmãos, e logo depois foi anistiado pelo Governo Sarney, que teve a possibilidade de quitar seus impostos devidos.

O PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma política pública criada para dar fomento ao pequeno agricultor, dando-lhe nova forma de cultivar, valorizar essa atividade e é a partir daí que a profissão de agricultor familiar ficou bem definida, sobre essa temática, ARAÚJO e VIEIRA, dizem que:

O PRONAF nasceu em um cenário em que os problemas de crédito dos agricultores familiares eram de custo e escassez dos recursos. Nesse sentido, a oportunidade de microcrédito direcionado a um grupo específico de produtores seria decisiva para o fomento da agricultura familiar (ARAÚJO e VIEIRA, 2018, p.8).

O PRONAF foi muito importante para o fortalecimento e expansão da agricultura familiar, em suas mais diversas categorias, tanto que levou o Governo Federal a fazer um grande investimento, criando o MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário, que definiu a caracterização definitiva da agricultura familiar, nas várias formas da diversidade, para que estas pudessem ter acesso ao PRONAF e a outras políticas públicas. Critérios importantes, foram mencionados por Bianchini (2015, p.31), inclusive são vários, mas priorizou-se este, onde os agricultores são considerados abaixo da linha da pobreza, para comprovar a sua renda

e participar do PRONAF, essa característica era definida pelo executivo Municipal, em seu livro “Vinte Anos do PRONAF”, Bianchini enfatiza que:

Como o PRONAF e outros instrumentos de políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar têm subsídios implícitos, é comum se estabelecer um teto de renda para que o agricultor familiar possa se beneficiar dessas políticas. Para atender a diferentes tipologias de agricultores (pobreza extrema, pobreza rural, agricultores em transição e ou em capitalização) com diferentes políticas públicas, a Renda Familiar contribui para a definição desses parâmetros. No Brasil, para caracterizar a agricultura familiar, o percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento agropecuário em relação à renda familiar é definido pelo Poder Executivo. (BIANCHINI, 2015, p.31)

A política pública que fomenta a agricultura familiar, ao mesmo tempo que oferece a oportunidade para o pequeno agricultor, aquele que mais precisa, poderá não ser beneficiado porque quem vai decidir se receberá ou não, é o executivo municipal.

As contribuições e os desafios do PRONAF- Plano Nacional de Agricultura Familiar para a permanência das famílias beneficiadas no PA Assurini, se concretizaram ao longo dos anos e podemos constatar com o resultado das respostas dadas pelos agricultores familiares moradores do Assentamento. As políticas públicas que chegaram até o assentamento foram por organização da categoria de agricultores filiados no sindicato rural, que reivindicaram junto ao Governo Federal e Estadual apoio para o fomento da agricultura familiar. Segundo o entrevistado sr. Francisco que foi um dos beneficiados pelo PRONAF diz que:

É uma das linhas de crédito que deixou muitas pessoas gratas, como eu. Foi uma linha de crédito que veio para contribuir, veja bem no ano de 2010 quando fui contemplado a gente foi contemplado e o juro era um e meio por cento ao ano e com três anos de carência. Fortaleceu e nos ajudou no processo. (FRANCISCO, entrevista concedida a esta pesquisa/2021).

Uma reflexão acerca do que aconteceu em 2010, o entrevistado Sr. Francisco sente-se grato, por ter tido a oportunidade ser beneficiado, de ter condições de pagar sua dívida, devido aos juros serem fixos, além de poder ajudar outros agricultores, a se fixarem nas suas propriedades, mas está muito preocupado com o futuro desta categoria que é e continuará sendo muito importante para o Assentamento PA- Assurini, para o município de Altamira e Região da Transamazônica e Xingu.

Apresento um quadro resumido das linhas de crédito do PRONAF acessadas pelos entrevistados, tempo na terra, atividade agrícola e participação na construção da comunidade.

Tabela 1 - Acesso ao PRONAF

Agricultor familiar	Política Pública	Tempo q/ mora terra	Atividade agrícola	Participação na Construção Comunidade
Sr. Francisco E Presidente do STTR-Altamira.	PRONAF; BNDS; UNDO DEMA; FUNDO AMAZONIA-MANDALA; FNO-Mais Alimento.	Desde 1995 (início do assentamento)	Começou com lavoura branca, hoje planta cacau , açai e tem gado de corte,	Sindicato, Comissão p/Assentamento Assurini, Estrada, Energia, Escola
Dona Maria	FNO (PRONAF); Recebeu Fomento	De 1999 à 2015.	Açai, pimenta, cacau, café Madeira de lei: castanha, andiroba, mogno,	Sindicato Movimento de Mulheres Produção -casa da farinha açai
Sr. José	FNO, Mais alimentos PRONAF	Desde 1985 (antes do assentamento)	Roça: milho, frutas, laranja, cana-de açúcar Produção de leite, pasto	Sindicato, Energia, Balsa, Escola Telefone
Sr. Manoel	PRONAF, FNO, BNDS Fomento	Desde 1995 (início do Assento)	Lavoura branca: arroz, feijão, mandioca, macaxeira, cacau	Sindicato assentamento energia Fundação da Igreja; Comunidade
Dona Antônia	PRONAF	Desde 1994 (Antes do assentamento)	Milho, arroz, feijão, macaxeira, p subsistência Prioridade Cacau	Estrada, Escola, energia telefone

Fonte: Pesquisa de campo/2021

A agricultura familiar pelas suas características fortalece o núcleo familiar que é valorizado social, economicamente e culturalmente. A identidade “agricultura familiar” foi adquirida quando o Estado, assumiu esta nova categoria e criou condições para que houvesse implementação como uma política pública, e para ser beneficiado, a categoria deveria cumprir as condições apresentadas pelo Estado. É importante entender um pouco da história desses trabalhadores da área rural, que com a ajuda dos sindicatos, e de outras organizações, teve a possibilidade de fortalecer sua produção agrícola, bem como de garantir a continuidade do vínculo de sua família, o cultivo de sua terra, graças também ao fomento da política pública PRONAF.

Para concluir este capítulo faz-se necessário caracterizar e conhecer um pouco a área, campo de estudo de minha Tese de Mestrado. O Assentamento PA Assurini, está localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, situado à margem esquerda do Rio Xingu, em frente a cidade de Altamira, à 1 hora e 30 minutos, de balsa até o porto do Assurini, criado pelo INCRA, Superintendência Regional, depois de quase 10 anos de luta do sindicato Rural- STTR , outras

organizações saiu a portaria de criação do PA Assurini, Portaria de número 51 de 17 de julho de 1995 e publicado no Diário Oficial da União. Seção I, 10599 número 136. Terça-feira, 18 de julho de 1995. Código PA0092000. Com uma área de 32.000 (trinta e dois mil hectares), localizado no Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará, registrado em nome da união, sob o número 422, livro 2-B, folhas 22 vº no Cartório do Único Ofício da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, com a criação Trezentas Unidades Agrícolas familiares. Fato curioso que quando recebi a portaria de criação do Assentamento e vi que não era Município de Altamira, voltei a falar com o técnico responsável, que me explicou, que logo no começo todas aquelas terras eram devolutas e pertenciam ao Município de Senador José Porfírio, mas com o tempo, devido a posição geográfica do Assentamento PA Assurini, ficava inviável resolver qualquer situação, porque a sede do município de Senador José Porfírio fica, muito distante, para se chegar até a sede do município, é necessário pegar dois tipos de transporte, terrestre e fluvial. Como o entrevistado sr José relata que

-Quando fui morar lá tudo era Senador, atravessou o Rio era Senador José Porfírio, quando o Armino entrou ficaram circulando como iria fazer para ficar em Altamira construir um barracão e três escolas. Na época que o Claudomiro entrou lá, aqui como prefeito foi feito um plebiscito que a gente queria que fosse de Altamira e aí conseguiram, até o Igarapé Tuna ficou para pra Altamira, do tuna para lá é Altamira quem vai pelo Rio até o ramal da firma até o Cajueiro é Altamira. (JOSÉ, Entrevistada concedida a esta pesquisa, Set. 2021)

A fala do sr. José, te dá a oportunidade de conhecer de forma imaginária local da pesquisa, campo de estudos, mesmo com o Plebiscito, não localizei nem um documento que respalde o que se tem na prática. O certo é que a terra Assurini, além do primeiro assentamento Pa- Assurini, existem mais três assentamentos: PA- Morro dos Araras, PA Itapuama e PA- Lages, estão localizados nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio.

O PA Assurini, desde quando foi povoado desde a década de 70 para cá, teve muitas famílias que vieram de fora e segundo o agricultor mais antigo entrevistado sr. José, diz que o assentamento hoje está muito bem desenvolvido, porque tem energia, transporte, balsa, escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, posto de saúde, uma agrovila e um pequeno comércio, que tem mais e 45 anos que mora lá, porém sua propriedade fica à 6 Km do início do Assentamento, ficou mais de vinte anos, sem estrada, sem energia e sem muitas outras vantagens, sempre na luta como presidente do Sindicato ou não, lutou pela regularização da terra. Hoje pode-se dizer que o Assurini, está bem melhor para o bem de todos os seus assentados e beneficiários.

3. Cidadania: dignidade pela política pública.

3.1. Política Pública para a agricultura familiar

Neste capítulo vamos analisar políticas públicas e cidadania, sua importância para o agricultor, enquanto sujeito social, político na conquista de sua identidade para garantia de direitos, focando particularmente o trabalhador rural do PA-Assurini, a influência ao acesso a política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, a sua contribuição para a permanência de famílias no assentamento.

O surgimento das políticas públicas não se tem uma data precisa, mas sabe-se que ela surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando se intensificou o cuidado com o indivíduo, a liberdade, direito de ir e vir, entre outros pontos que garantiriam o chamado bem-estar social. Paralelo a isso, com o avanço do capitalismo as desigualdades sociais, a fome, dentre outras mazelas se acentuaram o que provocou uma enorme pressão social para que o Estado buscase interferir nestes agravamentos das diferenças sociais de modo lançar políticas que resguardassem os direitos mínimos de um conjunto da população que estava desamparada.

Sendo os precursores os Estados Unidos, que queriam dar uma resposta a esse novo modelo de sistema econômico adotado por eles e pela Europa, “Os países capitalistas tinham que dar alguma demonstração de que o capitalismo podia atender as necessidades das populações”. Di GIOVANNI (2014). Com o passar do tempo percebeu-se que o capitalismo atendeu à vontade, mas dos investidores, dos que tinham o capital, deixou de atender a população que mais necessitava.

Um fato marcante que fortaleceu a garantia de direitos fundamentais do ser humano, foi a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1948, onde estão evidenciados os termos políticas públicas e cidadania, garantidos pelas Organizações das Nações Unidas-ONU. A Declaração foi assinada por vários países, incluindo o Brasil, com esse grande avanço na garantia de direitos da pessoa humana. Di Giovanni (2014) pontua que,

de fato, no século XX, houve um grande crescimento dos direitos de cidadania. Foi aí que cresceram os sistemas de Previdência, Saúde, Educação. Isso tudo vai marcando a presença do Estado nessa interação com as demandas da sociedade (Di GIOVANNI/2014).

Durante o Século XX o Estado reconheceu os direitos conquistados com muita luta pelos cidadãos em várias áreas sociais, houve um forte crescimento da cidadania, onde os

cidadãos mantem esses direitos, fazendo o controle social, que é a participação da sociedade civil organizada, nas entidades representativas como os conselhos que ajudam na fiscalização e execução das políticas públicas, como por exemplo: o Conselho de Saúde, Conselho do Meio Ambiente, Conselho de Educação entre outros.

No Brasil as políticas públicas foram reconhecidas e implantadas pelo Estado, após ser pressionado por organizações sociais para atender as necessidades da população (Di Giovanni, 2009) diz que o conceito de políticas públicas é conceito evolutivo, na medida em que está ligada às evoluções históricas da sociedade, tanto Estado e sociedade se transformam e enfatiza mais uma vez quando diz

A política pública deixa de ser uma simples intervenção do Estado e passa a ser uma nova forma de exercício do poder numa sociedade democrática. Isso acontece em âmbito quase planetário. As políticas públicas são frutos da democratização da sociedade moderna, onde os cidadãos, instituições, organizações sociais, movimentos sociais e organizações não-governamentais participam mais. Ou seja, as instituições atuam como agentes políticos, pressionando, refazendo a agenda do estado. Então, vem desse fato a enorme presença das políticas públicas na vida do homem moderno (DI GIOVANI, 2014).

É interessante entender a importância e a evolução do termo política pública uma vez que através dessa transformação se tem a participação maior de organizações e instituições, representantes da sociedade civil organizada, nas quais o cidadão se renova em relação ao seu contexto na sociedade democrática. A exemplo dessa política pública tem-se uma grande compreensão de que elas são responsáveis pelas ações que vão desde a formação profissional que busca qualificação como a educação, cultura e política de trabalho “até a democratização e acesso a ativos- como as políticas voltadas à Agricultura Familiar (acesso ao crédito, extensão rural, reforma agrária) à Economia Solidária, à habitação e à Mobilidade urbana” Castro (2012).

Outra compreensão a respeito dessa temática, que considero necessária para um entendimento melhor a respeito das políticas públicas é a relação desta com o termo território, haja vista que há um entrelace entre os dois conceitos, porque o Estado atua também na construção espacial da sociedade, na medida em que investe em infraestrutura, regulação, que vai proporcionar uma satisfação da sociedade ou poderá formar um celeiro de produção ou reprodução de capital. Nessa perspectiva, da atuação do Estado, define-se como políticas públicas “a lógica da tradução de respostas políticas simétricas às demandas públicas originadas no seio da sociedade civil com base na democratização do poder político institucionalizado” (BUENO, 2011). E define como território a uma ferramenta permeada de redes interligadas, que tem análise da fração espacial, do lugar em que a política pública vai ser implementada, de todos os ângulos desde a sua forma física espacial até os atores sociais, que constrói ou

reconstrói diariamente seus territórios exercendo relações de poder, gestão e identidade. Como afirma Bueno (2011)

O território alvo de uma referida política é permeado por redes, conexões, movimentos, fluidez, enfim toda uma dinâmica das relações humanas em suas variadas dimensões que precisam ser levadas em consideração. Isso é posto por entender que estas variáveis são imprescindíveis no sucesso da política pública formulada, desde sua gênese até a gestão (BUENO, 2011).

Considero importante o conhecimento acerca do território, para a realização das políticas públicas, esse movimento, essa dinâmica que dá um norte, uma segurança do limite, do espaço de onde a política pública será realizada, mesmo que seja provisório ou definitivo a participação e interrelação da política pública e do território num espaço de poder e realização.

Em Altamira, antes do assentamento pesquisado, ter suas terras demarcadas seus poucos moradores, na década de 1970, iniciaram a conquista pela terra para trabalhar, o senhor José, um dos primeiros moradores, relatou sua experiência de quando chegou em Altamira, vindo do Paraná, vejamos:

Fui morar no Assurini em fevereiro de 1975, não tinha assentamento, lá não tinha nem um projeto do INCRA, era uma terra que era dos índios, dos índios Assurinins, quando cheguei aqui do Paraná em outubro de 1974, a intenção era atrás de terra porque lá no Sul a gente não conseguia comprar terra e o sonho da gente era ter um pedaço de terra (JOSE, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set..2021).

Esse foi o primeiro passo para a criação do Assentamento. Anos depois com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira-STTR, os trabalhadores rurais, agricultores familiares, depois de terem assumido a presidência do sindicato, se organizaram para irem em busca da regularização da terra, ou seja irem até o INCRA de Altamira, para reivindicarem a criação do assentamento para terem acesso ao crédito que estava sendo disponibilizado para os agricultores familiares em todo o Brasil, sabia dessa informação porque aqui na Região já tinha assentamento nos municípios Medicilândia, Pacajá e outros. Francisco (Entrevista, 2021) então formaram uma comissão liderada pelo Presidente do STTR e outros pequenos agricultores que já moravam na terra Assurini e foram reivindicar junto ao INCRA, a criação do assentamento para poderem ter acesso ao crédito, como o sr. Francisco que fez parte desta comissão relata,

Nessa questão do assentamento inclusive, a gente fez parte da comissão representativa, dessa entidade que representa, que faz parte no dia 16 de setembro 1995. Aonde o saudoso Julinho Galvino (Juraci Galvino), que era presidente do Sindicato e criou uma comissão representativa de agricultores filiados no sindicato, para ir ao Inca e se reunir com o Superintendente do INCRA Regional. (FRANCISCO, Entrevista concedida a esta pesquisa, (Abr. /2021)

Quando chegaram no Inca a comissão foi atendida pelo Doutor superintendente e o chefe do INCRA aqui de Altamira, essa reivindicação foi justamente para pedir que fosse criado o assentamento do Assurini para que os trabalhadores rurais pudessem

ter como objetivo de ter acesso aos créditos, esses créditos e recursos da reforma agrária, porque a única via de legalidade para se ter acesso, para se ter crédito era a criação de um assentamento. (FRANCISCO, Entrevista concedida a esta pesquisa, Abr/2021).

O entrevistado relata como se deu essa reivindicação para chegarem até o INCRA, órgão responsável pela questão agrária, reforçando a necessidade de criar o assentamento na terra do Assurini, que sem ele não conseguiriam ter acesso ao fomento ofertado pelo estado, assim se faz necessário falar de cidadania, escrita na CF de 1988, que dá ao cidadão a garantia de seus direitos e a liberdade política.

E um exercício de cidadania se deu com o processo de criação do assentamento PA Assurini, momento em que o STTR e trabalhadores rurais se unem em busca da criação deste assentamento, acreditaram que seria possível, porque já sabiam que em outros lugares, os agricultores familiares já assentados, estavam tendo acesso as políticas de fomento para a agricultura familiar.

A cidadania para os moradores da até então terra do Assurini se deu na resposta, da instituição, com a criação do Assentamento PA- Assurini no dia 17 de julho de 1995, Portaria de criação nº 51, expedida pela Superintendência Regional do Pará, do Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA, publicado no Diário Oficial Seção I-10599 nº136.Terça-Feira, 18 de julho de 1995. Código PA-0092000. Possui uma área de 32.000 h (trinta e dois mil hectares de terras) e criação de 300 (trezentas) unidades agrícolas familiares, que na portaria de criação está escrito:

Aprovar a proposta da jurisdição para assentamento da agricultura do imóvel denominado Assurini, com a área de 32.000 h (trinta e dois mil hectares), localizado no Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará, [...] que prevê a criação de 300 (Trezentas) unidades familiares e a implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da comunidade rural (Portaria 51,arquivo, INCRA).

A criação do Assentamento PA- Assurini, no município de Senador José Porfírio, que tempo depois, passou a pertencer ao município de Altamira, como já foi falado no capítulo 01 desta dissertação. A área foi rapidamente povoada, pelo INCRA que assentava novos agricultores familiares e regularizava as terras de quem já morava lá, o senhor Francisco, senhor Manoel, e dona Maria entrevistados desta pesquisa.

O sr. José não é assentado devido sua propriedade ficar 6 km antes do Assentamento, mas que fica dentro da terra do Assurini e o lote da senhora Antônia que comprou sua terra de terceiros e ainda está em processo de regularização. “As primeiras pessoas como eu foram pra lá, entraram porque a terra era devoluta e ficaram por perto, aos poucos foram entrando,

entrando” (Manoel, entrevistado,2021), depois conclui a fala dizendo: “Depois que a gente tava lá eles começaram a entrar e começaram a liberar a terra e fizeram o assentamento desse pessoal que tava e daí por diante , o pessoal foi entrando e eles foram assentando, foram legalizando, e foi melhorando” (Manoel , entrevistado,2021).

Ao ser assentado no PA- Assurini o agricultor familiar recebia um fomento de ajuda para se fixarem na terra, esse fomento era chamado de kit, que constava de uma parte em dinheiro para compra de alimento e de outra para comprar ferramentas, como verificamos na fala de dona Maria

Mas lembra que quando fez o cadastro no Incra recebemos o fomento que era material para trabalhar parte em dinheiro não sei dizer o valor, na época foi logo quando se mudou para lá, que a gente recebia, a gente ia no supermercado fazia feira e depois O Incra passava o dinheiro diretamente para o mercado exemplo, depois a mesma coisa com as ferramentas a gente não pegava em dinheiro, o dinheiro passava direto para as lojas, para casa de agropecuárias lá onde tinha as ferramentas, a gente comprava. (MARIA, entrevista concedida a esta pesquisa, Out./2021)

A partir daí, com esse fomento para segurar o agricultor familiar na sua nova terra, as comunidades foram se formando e o assentamento crescendo, e o pessoal trabalhando plantando e cuidando da terra. O sr Presidente do STTR, lembra que quando saiu a portaria do Assentamento vieram outros investimentos para o desenvolvimento.

E para fazer entender esse processo chamo a atenção para a fala do presidente do sindicato que faz essa recordação dizendo que

Quando saiu a portaria se lembra bem foram contemplados em 27 km de estrada da Balsa até o Sol Nascente, 182 casas de alvenaria, R\$-2.500,00 pra cada casa, 243 fomentos pagos aos assentados no valor de R\$-1.025,00. A partir daí as portas se abriram, com abertura dessa estrada foi se expandindo a Estrada boa entre outras coisas com esses 27 km, até o Sol Nascente, as coisas ficaram mais leves, a partir de 1999 foram criados mais dois assentamentos (Presidente do STTR, entrevista concedida a esta pesquisa, 2021).

A conquista da terra através da efetivação do Assentamento encheu os trabalhadores de alegria e coragem para focar em suas produções agrícolas, juntamente com suas famílias. Mas as conquistas não paravam por aí, agora se inicia uma nova organização que é para atender a demanda do assentamento e ir atrás da nova política pública de financiamento que foi criada para atender o agricultor familiar-PRONAF- Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar, foi criado em 1996, com o apoio e conquistas dos movimentos sociais do campo, liderados pelos sindicatos rurais, em um movimento de baixo para cima envolvendo também as organizações de agricultores, mediante mobilizações, como o Grito da Terra, marchas, mutirões e outros, um

diálogo aberto com gestores públicos, responsáveis pelo PRONAF (BRASIL.MDA,2015 p. 37), aí estava presente o novo cidadão aquele que exercitou a busca de seus direitos, vai também reivindicar no coletivo essa política pública para o pequeno agricultor, como se destaca “Até 1994, não existia uma linha de crédito direcionada especificamente para esses agentes. O agricultor familiar disputava o crédito rural com a agricultura patronal, que tinha maior acesso aos mercados e financiamentos” (IPEA ,2018 p.7).

Para ilustrar apontamos o estudo feito por pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, de 2021 que faz uma análise dos recursos disponíveis pelo PRONAF, em vários aspectos, destacamos a distribuição geográfica do PRONAF pelo Território Nacional, no ano de 2020, onde a Região Sul é mais beneficiada, enquanto a Região Norte possui 6,58% de estabelecimento, teve acesso aos recursos do PRONAF 7,19%; a Região Nordeste apresenta 50,27% de estabelecimentos, recebeu apenas 14,08% dos recursos, já a Região Sul tem apenas 18,20% de estabelecimento e 57,42% de recursos do PRONAF. Como se vê, esta análise apresenta uma desigualdade muito grande entre as Regiões. Quanto a distribuição entre a agricultura familiar, diz que este se relaciona à baixa cobertura, em termos percentuais dos estabelecimentos familiares que conseguem ter acesso aos recursos do PRONAF (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021).

No Assentamento Assurini com a ajuda do sindicato houve uma grande organização para que os assentados tivessem o acesso a essa política pública, neste caso específico, muitos dos agricultores familiares tiveram esse acesso, que com o montante recebido puderam decidir e se fixarem em suas terras. Nos anos de 2010 a 2015, houve um investimento de R\$3.832,843,91 (Três milhões, oitocentos e trinta e dois, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos), referente à 441 (quatrocentos e quarenta e um contratos para financiamento. Dados fornecidos pelo Banco da Amazônia-BASA, que segundo o gerente não foi possível informar quantos contratos seriam somente do Assentamento PA- Assurini. Esses dados ficaram prejudicados, devido a pandemia do Corona Vírus, porém são importantes para o nosso conhecimento. (BASA, 2021).

Outro órgão importante e indispensável ao agricultor familiar que dá assistência e faz o acompanhamento é a Empresa de assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Pará- EMATER, responsável pra fazer o monitoramento e avaliação do controle de crédito Rural, de acordo com os dados solicitados via ofício, que a princípio solicitei que enviasse informações referente ao período de 2010 a 2015, desse controle de crédito rural, particularmente sobre o PRONAF, devido também as condições da Pandemia, recebemos os dados dos anos de 2013,2014 e 2015, inclusive a técnica da instituição que atendeu-me, orientou-me a passar e-

mail para Belém, sede da empresa EMATER a fim de obter respostas, foi enviado e-mail e até o momento não obtivemos respostas. Passa-se então a apresentar os dados dos anos referidos a seguir. No ano de 2013 tiveram 31 projetos aprovados com PRONAF e suas linhas de crédito como FNO, MA e outros, no ano de 2014, foi um total de 80 projetos aprovados e no ano de 2015 foram aprovados 30 projetos (EMATER, arquivo,2013).

A aprovação desses projetos de investimento proporcionou um fomento maior na agricultura familiar deste município de um modo geral, uma vez que não há como saber especificamente os projetos desenvolvidos no PA Assurini.

Com a conquista da política pública PRONAF foram realizadas várias atividades agrícolas que possibilitaram a fixação do pequeno agricultor na sua terra como afirma o entrevistado senhor José

Tive acesso ao FNO e MAIS ALIMENTOS que é do PRONAF deu pra ajudar com certeza, tanto é que fiz o MAIS ALIMENTO e só não tem bom resultado quem não quer, pegar um financiamento bom com juros fixos tanto FNO e PRONAF MAIS ALIMENTOS. Exemplo: se alguém investe em gado, o gado aumenta todo dia e no caso esses juros nas prestações de financiamentos são fixos então ela já estabelecido juro já e fixo. (JOSÉ, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set/.2021).

Com o aprimoramento do PRONAF e o desenvolvimento da agricultura familiar o PRONAF passou a ter várias linhas de crédito entre elas: PRONAF MAIS ALIMENTOS, PRONAF FNO, PRONAF MULHER, PRONAF JOVEM, entre outras. A seguir falaremos sobre a importância do PRONAF mulher como uma conquista de direito para as mulheres agricultoras

3.2. Política Pública PRONAF-MULHER

Outra forma de conhecer melhor a extensão do PRONAF enquanto política pública é o PRONAF MULHER, que vai destacar a presença da mulher na agricultura familiar, e dá o fomento de incentivo a ela. No PRONAF MULHER que foi criado através da Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001 é determinado um percentual de 30% (trinta por cento) dos recursos de investimento para as mulheres agricultoras. Na prática, essa cota para as mulheres não foi respeitada por falta de acompanhamento por parte do Estado (MDA/NED,2005,18). Mesmo com a criação desta Portaria, o Estado não fez presente para cumprir o que determina a portaria. Analisando os dados coletados na EMATER, encontrei apenas um projeto de Pronaf Mulher, no município de Uruará, no período que estabeleci a pesquisa de 2010 a 2015, não foi

encontrada nenhum projeto de PRONAF Mulher para o município de Altamira. Nesses dados da EMATER faltaram os anos de 2010 e 2012 (EMATER,2021).

As mulheres que sempre estiveram a frente da agricultura, desde sua origem, na agricultura familiar não seria diferente, contudo, devido ao contexto social que se vivia e ainda se vive, as mulheres não são valorizadas, às vezes trabalham mais do que seus esposos ou companheiros.

No Assentamento Assurini campo de minha pesquisa, entrevistei duas mulheres, as senhoras dona Maria e dona Antônia, que fazem parte da agricultura familiar e falaram que sempre ajudaram seus esposos e ainda ajudam, no cultivo, na roça, na criação dos filhos, a família toda se reunia para cuidar da terra, mas tiveram também muitas dificuldades que com filhos pequenos, sem transporte, sem ter como escoar a produção. Dona Antônia lembra que “o melhor que fez foi a estrada, depois dela melhorou muito, tem como levar a produção para a cidade” (Antônia, entrevista, 2021). Já a senhora Maria fala o que melhorou “Melhorou a questão da estrada, a questão da energia que foi para lá foi muito bom, teve mais conforto para com povo né? com os agricultores”.

O PRONAF-MULHER se concretiza e se expande, sai do papel, no Plano Safra de 2003 e 2004 não como uma linha de crédito específica, mas através de um sobre teto, que seria um valor adicional de 50% do montante de recursos já disponibilizados às famílias, recursos que deveriam ser aplicados em atividade desenvolvida pela mulher (M DA/NED, 2005, p.18), mas era necessário chegar de fato e de direito a atenção específica às mulheres agricultoras, que se concretizou na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou novas medidas para assegurar o direito das mulheres ao crédito disponibilizado.

No Assentamento PA-Assurini, campo desta pesquisa, a atenção dada a mulher agricultura não foi diferente como no restante do país, aos poucos, de acordo com o desenvolvimento da comunidade e do desenvolvimento agrário, a mulher passa também a ter uma oportunidade de um novo crédito para o fomento de sua propriedade o PRONAF-MULHER, que apesar de estar disponível, no período pesquisado não foi possível identificar o acesso dessa mulher assentada ao crédito disponível, é provável que exista em outros períodos, é uma questão a ser pesquisada. Mas as mulheres reunidas também são sinônimo de prosperidade e de luta e desenvolvimento, porque embora não tenham tido nenhum fomento bancário, a senhora Maria relatou uma experiência que vivenciou no início do assentamento, para ajudar, ela diz que

Tinha um projeto lá que foi feito uma farinheira, aí tinha uma equipe de agricultores que era diferente tudo que conseguiam era dividido, tinha uma equipe de frente, mudas

de macaxeira e todas as plantações tudo era dividido, encontros né! Quando tinha missa era quando dava mais gente quando tinha um comunicado, reunião era falado mais na igreja, a igreja ajudava, sempre dava mais gente quando tinha missa. Também um grupo que se reunia a cada 30 ou 60 tinha o encontro. Era muito bom, tempo que também que tinha Associação de mulheres, que era muito envolvida também se juntaram todos. Era muito bom, mas depois foi se acabando... (MARIA, entrevista concedida a esta pesquisa, out.,2021).

Essa experiência que é relatada por dona Maria, vivido no Assentamento no início de sua formação, percebeu-se o engajamento das mulheres e de homens que estão a frente desse trabalho de produção de farinha, a farinheira se tornou um local de encontro, onde todos os agricultores, sindicato, associação de mulheres e pessoal da igreja, lá eram tratados todos os temas que diziam respeito a vida da comunidade e do assentamento. Era um lugar de cultivo em uma ação de coletividade para juntos melhorar suas condições de vida para o desenvolvimento do trabalho e fixação na terra no PA- Assurini.

Uma nova importância junto desse novo homem, dessa nova mulher, transformados em uma unidade de coletividade para a conquista de políticas públicas, percebe-se também que existe uma ligação maior entre a agricultura familiar e o financiamento para quem foi beneficiado através do PRONAF proporcionando a todos, melhorias de condição de vida para o desenvolvimento do trabalho no campo e a fixação no PA- Assurini.

Escrevi este item para chamar a atenção da falta de apoio às mulheres, especialmente as mulheres agricultoras, como elas são vistas pelas políticas públicas, nas áreas da saúde, educação, segurança, na economia entre outras, assim como em outros espaços no caso sindicato, na política, movimentos sociais e outras organizações. Encontrei dona Maria que relatou sua participação e filiação no sindicato desde a sua tomada. Vejamos

Sou sócia até hoje, a entrada no sindicato foi no ano de 86 que foi na grande tomada do sindicato, que era na mão de alguns aí de Altamira, foi feita organização para tomada do Sindicato de 86, desse tempo para cá continua no sindicato, a tomada do sindicato das mãos dos que não tinham nada a ver com agricultura né? (MARIA, entrevista concedida a esta pesquisa, 2021)

A primeira ideia desta pesquisa era trabalhar a vida das mulheres no campo que haviam recebido a política pública PRONAF, sua contribuição enquanto cidadã, para o sucesso da agricultura familiar no PA- Assurini, foco desta dissertação, mas devido as muitas dificuldades, deixei para uma outra oportunidade, quem sabe um doutorado, se for da vontade de Deus.

No entanto, assim pode-se dizer que a cidadania e políticas públicas andam juntas na procura e conquista de direitos das mulheres, mesmo tendo direitos garantidos na constituição

ainda se faz necessário cobrar de quem de direito, políticas públicas que garantam a participação e melhoria de vida das mulheres, especialmente as mulheres que são da agricultura familiar.

4. Contribuições e desafios do PRONAF no PA-Assurini.

Neste último capítulo buscamos analisar a política pública PRONAF, na formação do assentamento PA-Assurini, mostrar a importância de suas contribuições e os seus desafios que é de reconhecer e valorizar os agricultores familiares rurais, que com a criação do Assentamento, foi possível ter um desenvolvimento pautado nas políticas públicas de acesso ao crédito, e outras tão importante quanto, como é o caso do fomento para incentivar o pequeno agricultor a fixar-se em seu território, em sua terra.

A política pública nomeada do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” - PRONAF desde que foi criada em 1995, proporcionou aos agricultores familiares de todo o Brasil poder ter acesso a um incentivo de investimento em sua propriedade, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida desse agricultor familiar, que se fixou na terra e iniciou um cuidar da terra, como plantar e produzir alimentos, diz Castro (2015)

O principal objetivo desse programa seria oferecer crédito agrícola a taxas subsidiadas para investimento e custeio para diversos tipos de agricultores enquadrados no segmento familiar. Apesar do PRONAF atender a uma demanda reprimida dos agricultores familiares por crédito, diversas outras demandas desse segmento não foram atendidas, entre elas o acesso a serviço de assistência técnica específica para esse público (CASTRO, p.52,2015)

Como disse o autor, esse programa seria fundamental para oferecer crédito agrícola com uma taxa subsidiada, o que atenderia agricultura familiar, contudo outras demandas entre elas a assistência técnica não foi atendida a contento e isto proporciona uma desvantagem em relação a outros agricultores, de outras regiões, que possuem acesso com menos burocracia.

No campo de estudo do Assentamento PA -Assurini, um dos entrevistados o senhor Francisco (2021) assegura que, mesmo com as dificuldades as atividades de produção e a estrutura melhoraram, porque em relação ao desenvolvimento tiveram um avanço, no que se refere à produção de várias atividades agrícolas, como a criação de peixes e a plantação do cacau que considera Altamira um celeiro, diz ele

Daí problema existe, mas do que foi para o que é hoje, deu uma sustentação, deu um avanço. Hoje Altamira pela sua produção que tem, várias estruturas com as pessoas tem a produção, de criação de peixe, porco, outro tem cacau, pecuária também avançando, tanto que considero assim que o Assurini é o celeiro de Altamira, respeitando todas as outras comunidades, mas o que na ênfase hoje, o destaque é o Assurini, lá se cria tudo e dá tudo, tenho um solo bom na região. (FRANCISCO, Entrevista concedida a esta pesquisa, Abr./ 2021).

O entrevistado se refere ao êxito dos agricultores familiares pela diversidade de atividades agrícolas cultivadas no assentamento e ressalta a importância e incentivo do PRONAF, que através desse programa proporcionou muitos familiares a terem acesso a esse crédito que fortaleceu o laço familiar e a qualidade de vida, como também garantiu e permanência desses agricultores em uma terra fértil que tudo que se planta dá. Outro entrevistado sr. Presidente do sindicato diz que:

É uma das linhas de crédito que deixou muitas pessoas grata, como eu. Foi uma linha de crédito que veio para contribuir, veja bem no ano de 2010 quando fui contemplado a gente foi contemplado e o juro era um e meio por cento ao ano e com três anos de carência. Fortaleceu e nos ajudou no processo. (PRESIDENTE do STTR, Entrevista concedida a esta pesquisa, Abr. 2021).

Percebe-se na fala de todos os entrevistados que a política pública PRONAF e todas as suas linhas de crédito, de alguma forma possibilitaram uma contribuição para a fixação desses agricultores familiares em seu lote, em sua terra, como se vê na fala do senhor Manoel

Já fui beneficiado com o PRONAF. O processo do PRONAF, como o nosso foi o primeiro não foi muito bom, porque eles fizeram um tipo de trabalho que a gente ficou pagando em parcela e a gente pagava, pagava, chegava lá tava quase do mesmo jeito e aí pro final pagou lá. Pois é, pra nós não foi dos melhor,[...] De lá pra cá tive outros financiamentos com o FNO, BNDS, só não deu muito certo porque a gente errou um pouco, mas graças a Deus a gente fez, pagou tudo. A política de financiamento, ajudou muito, o atrapalho às vezes é do beneficiado, que se não souber administrar direito erra, mais que ela ajudou, ajudou. Aqueles que administrou bem, em cima da régua ou melhor do que a régua e tinha condição para isso, ajudou muito. (MANOEL, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set. 2021).

Nessa fala o entrevistado explica como foi o início do investimento enquanto beneficiado do PRONAF e da dificuldade que teve por ser um dos primeiros a ser contemplado, mas que com o tempo tudo deu certo. Tanto que continua morando lá em sua terra, como Silva (2013) em sua tese de mestrado relata um depoimento que diz

Aprendi com ele (pai) a mexer já, quando nós éramos criança, ele já começou a criar gado, começou com pouco, mas já criava, né. Aí de lá pra cá, a gente já veio, quando a gente veio morar aqui nessa região a gente financiou o gado pra poder criar. A propriedade não tinha gado, aí financiou o gado, dependia do Banco da Amazônia. Aí a gente começou a criar gado (SILVA, p.93,2013)

Nesta fala se vê a importância que foi do financiamento do PRONAF para o sucesso da criação de gado, da sua atividade agrícola que foi necessária essa contribuição para a fixar a moradia em sua propriedade.

Nesta perspectiva existe outro fator que fortaleceu a agricultura familiar, dando suporte desde a criação do Assentamento até os dias de hoje, que foi a participação efetiva do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR, criado pelo Governos Federal, que se estendia aos governos Estadual e Municipal, porque tinha como objetivo controlar a participação dos agricultores, que muitas vezes nem eram agricultores ou trabalhadores rurais, como “órgão em defesa da classe e também de auxílio das autoridades constituídas do Estado e do País” (SINDICATO,Arquivo.1958).

Durante muito tempo o STTR funcionou no município de Altamira, como uma instituição que controlava os agricultores de forma geral, incluindo o pequeno agricultor, uma vez que, que até então não existia o termo agricultor familiar.

Com a construção da Rodovia Transamazônica a BR-230, vieram entre outras profissionais, também agricultores para povoar a nova rodovia e a trabalhar nela também. Na década de 80, lá pelo ano de 86 a 88, (há uma divergência quanto a data precisa), houve um empenho do sindicato rural para que este tivesse em sua composição um maior número de pequenos agricultores, muitas vezes chamados pelos meus interlocutores de “verdadeiros agricultores”. Afinal somente com a presença mais fortalecida deste grupo conseguiriam lutar por condições melhores de trabalho e acesso a benefícios governamentais, além de gozar de mais espaço de negociação para melhoria dos seus filiados.

No ano de 1988, os agricultores “tomaram o sindicato” das mãos de pessoa que muitas vezes não eram, nem sindicalizadas, nem agricultores, essa tomada se deu através de eleição de uma nova diretoria, onde os agricultores ganharam com uma grande margem de vantagem, como afirma dona Maria, uma de nossas entrevistadas

Teve uma grande organização para tomada do Sindicato de 86, das mãos dos que não tinham nada a ver com agricultura né, desse tempo para cá continua no sindicato. Não sabe dizer o mês porque foram anos de lutas para essa tomada teve Assembleia e eleição que foi muito grande os agricultores ganharam com uma margem Nossa Senhora não se compara, nunca mais caiu na mão dos pelegos, tá sempre na mão dos agricultores (DONA MARIA, Entrevista concedida a esta pesquisa, Out. 2021).

Dona Maria faz essa importante consideração em relação a essa “tomada” do Sindicato pelos próprios agricultores e a permanência em continuar sob a direção desses agricultores, que juntos se uniram e fortaleceram a luta, ou seja, um marco na história do sindicato e dos agricultores do município de Altamira, que foi imprescindível para conquistarem a criação do assentamento PA- Assurini, outra contribuição relevante a esse respeito é feita pelo senhor Manoel que diz,

Deu certo, sindicato sempre perto da gente, inclusive foram lutando por alguma coisa lá fora, inclusive foram a Brasília, se reuniram em grupos para cobrar, hoje está muito equilibrado, só fala mal do sindicato quem não se liga, se ligar direitinho não dá pra falar mal, é uma árvore comum, sem sombra de dúvida, ainda hoje sou do sindicato, já me acostumei, tô aposentado, mas não deixo o sindicato, me habituei em trabalhar no sindicato toda vida. Particpei de todo o processo, entrei aqui na tomada do sindicato. Rapaz não me lembro de data não, você sabe como é faz muito tempo e a gente não gravava muito. Pois é, tá tudo aqui participou, eu mesmo representei lá o setor, por muito tempo porque, se ocupar nessas coisas não é todo mundo que quer não, dá muita mão de obra, eu toda vida gostei desse negócio, dessas coisas e ocupei muito esse setor lá. Nunca fui presidente, sempre ajudando no conselho fiscal, aquela coisa, mas presidente não, até porque era muito chegado a minha roça. Toda vida fui chegado à minha roça (MANOEL, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set.,2021).

A contribuição do STTR certamente foi e é de grande importância para a formação do assentamento e da Comunidade do Assurini, porque juntamente com as lutas pela política pública do PRONAF como já dito no capítulo 1, a luta desses moradores assentados juntamente com o sindicato foi pelas conquistas também de outras políticas públicas como a abertura da estrada, dos vicinais, da educação através da construção de escolas do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, quadra de esporte, Posto de Saúde -UBS, além da energia que segundo o senhor Francisco passaram-se 10 anos desde o início de suas reivindicações até a chegada da energia em sua residência, conta o agricultor emocionado.

De todos os desafios de minha vida lembro muito bem, que lá em 2003 nós tava numa representação na Transamazônica e Xingu reivindicando a energia para a travessia do Assurini, [...] em 2013, após 10 anos a energia já tinha chegado do outro lado da Assurini. [...]E por último quem assinou o documento da reivindicação, que na época estava na direção do sindicato, fez parte dessa comissão foi lá no Comitê gestor lá em Belém, foi assinado por mim, agora a maior realização, do meu ponto de vista foi quando eu vi três bicos de luz e duas tomadas da energia, na minha casa, sendo acessa. Foi emocionante e muito gratificante, a luta não só pra mim, mas pra todos que fazia parte, 10 anos depois, fazendo acampamento, mas vitorioso ano de 2013, Governo do Presidente Lula, que já tinham feito as adequações do Luz do campo para o Luz para Todos (FRANCISCO, Entrevista concedida a esta pesquisa, Abr, 2021).

A energia que chega no Assurini é mais uma alegria vivida por aqueles moradores assentados e o sindicato que juntos fizeram essa reivindicação, e que 10 anos mais tarde puderam compartilhar, como diz o senhor Francisco foram vitoriosos todos que contribuíram e com agradecimento ao Governo do Presidente Lula.

Outras políticas públicas vieram também, como é o caso das escolas uma de Ensino Fundamental, construída pelo Governo do Município e outra do Ensino Médio construída pelo Governo Estadual, que era também uma das reivindicações da comunidade, devido a distância e a dificuldade de deslocamento para a sede do Município de Altamira, que antes da criação do assentamento existiam várias crianças fora da escola, como diz o senhor José

A gente não tinha escola aí era uma preocupação como educar os filhos. Aí através do Sindicato das associações que ajuda o sindicato aí veio Gavião I e Gavião II que formou bastante professores.[...] As primeiras escolas feitas no Assurini foram 22 escolas feitas construídas pelos Agricultores em parceria com a prefeitura né, para a Prefeitura dava tipo assim 20% e os agricultores davam os 80% E aí foi formando os professores de lá mesmo para assumirem as escolas tinha dificuldade mandaram os filhos para cá para Altamira para Sede porque eles estudavam um período e ficava outro período ociosos, hoje no Assurini tem todo tipo de estudo até o Ensino Médio os agricultores tem necessidade (JOSÉ, Entrevista concedida a esta pesquisa, Set. 2021).

A conquista da chegada das escolas foi um grande acontecimento como o sr. José já relatou, devido às dificuldades de vir ou mandar seus filhos pra estudarem aqui na sede do município, mesmo assim ainda foi muito difícil, os professores iam e passavam só três dias, a comunidade cobrava, até quando teve os cursos para formação de professores o Gavião I, (equivaleria Ensino Fundamental, mas com disciplinas específicas pra formação de professor) e o Gavião II, (que era equivalente ao Ensino Médio modalidade Magistério professor habilitado para ministrar aulas no Ensino Fundamental Menor até o 5 ano).A partir daí com a formação de professores de lá mesmo do Assurini, então as coisas foram melhorando, as crianças já estudavam lá, não precisavam sair pra estudar em outro lugar.

Uma grande contribuição do assentamento PA Assurini para a sede do município são as culturas, o cultivo que é feito no assentamento e a evolução, a exemplo, iniciaram com a plantação da lavoura branca que é o arroz, o feijão, a macaxeira, a mandioca, hortaliças e outras. Com o passar do tempo passaram a cultivar o cacau, que no momento está em alta, mas também a criar animais de pequeno e grande bovino, suíno, criação de peixe e outros, como nos mostra os projetos liberados pela EMATER, nos anos de 2013 a 2015, muito embora tenha sido solicitado dos anos de 2010 a 2015. A seguir apresento tabela com atividade agrícola do período pesquisado.

Tabela 2 - Atividade Agrícola de 2010 a 2015.

Cadeia	Atividade	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Total Crédito PRONAF
ORIGEM ANIMAL	PECUÁRIA DE LEITE	-	-	-	1	3	0	4
ORIGEM ANIMAL	PECUÁRIA DE CORTE	-	-	-	15	63	26	104
ORIGEM VEGETAL	PLANTIO DE MARACUJÁ	-	-	-	0	3	0	3
PESCA E AQUICULTURA	PESCA ARTESANAL	-	-	-	0	13	3	16
ORIGEM VEGETAL	PLANTIO DE MANDIOCA	-	-	-	4	8	0	12
ORIGEM ANIMAL	PECUÁRIA/MÁQUINAS	-	-	-	0	1	0	1
ORIGEM VEGETAL	PLANTIO DE CACAU	-	-	-	-	0	1	1

			-	-	0			
	Total Projeto PRONAF							141

Fonte: Pesquisa de Campo/2021- Ana Miléo (Adaptada da EMATER,2021)

As atividades agrícolas em destaque no quadro acima, proporciona uma visão melhor dos projetos de crédito do PRONAF que foram realizadas, durante o período da pesquisa e solicitada dos anos de 2010 a 2015, que por motivo da pandemia do Corona Vírus, não foi possível receber os dados do período completo, recebi apenas referente aos anos de 2013 a 2015. A atividade agrícola que mais se destaca é a de origem animal chamada de pecuária de corte, ou seja criação de gado para o abate e ser comercializada, seguida pela atividade de pesca e aquicultura chamada de pesca artesanal, importante essa modalidade aqui na região com o incentivo aos pequenos agricultores, seguido do cultivo da mandioca para farinha dos alimentos que faz parte do cardápio regional, assim como para comercializar “A principal renda da família vem da mandioca e da produção de farinha” (SILVA,p.69,2013) Vale lembrar também que não se teve como analisar apenas os projetos dos agricultores familiares que moram exclusivamente no Assentamento PA- Assurini, por conta também da Pandemia da Covid-19.

Além dessas contribuições que foram proporcionadas ao Assentamento PA- Assurini principalmente pela política pública do PRONAF, com a ajuda incessante do STTR, existem outras. Este Assentamento, com seus respectivos moradores tem ainda grandes desafios, cuidar e defender o meio ambiente, haja vista que este município é um dos que mais desmata no Brasil. Outro desafio é ampliar o sinal de telefonia e internet, para melhorar a comunicação com a sede do município, reivindicar também a melhoria da Unidade Básica de Saúde e a reforma das escolas.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa analisou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ PRONAF e sua relação com os agricultores e agricultoras familiares no Assentamento PA Assurini, no município de Altamira, Pará. Trata-se de um relevante tema, especialmente para a população rural do país.

O PRONAF se tornou uma política pública a partir do ano de 1995, ainda que não tivesse sido exitosa nas primeiras experiências, sendo melhor efetivada em 1996, e por isso esta última data seja considerada como o ano de sua fundação por muitos pesquisadores da área.

Estudar as políticas públicas se torna um necessário exercício de cidadania pois todas as políticas públicas precisam ser avaliadas pelos próprios usuários. Isso também é democracia, cidadania, pois de modo geral, precisa estudar também a atuação dos Governos, entes federados, municípios, Estado, União, bem como a sociedade civil organizada.

Nesta pesquisa foi possível conhecer o processo de financiamento de linha de crédito para os agricultores do Assentamento PA- Assurini, localizado à margem esquerda do Rio Xingu que fica em frente à cidade de Altamira, onde a travessia é feita em torno de 45 minutos de balsa.

A criação do Assentamento PA Assurini foi o marco importante para melhorar a infraestrutura do assentamento, porque junto com a criação veio também a abertura da estrada, que fortaleceu os pequenos agricultores principalmente para escoação de suas produções, cada assentado recebeu um kit como fomento de ajuda para se fixarem na terra , que constava de uma parte em dinheiro para compra de alimento e de outra para comprar ferramentas, para agricultor, mais tarde veio a balsa, para fazer o transporte com segurança.

O PRONAF foi a primeira contribuição para que os agricultores familiares pudessem ter acesso ao crédito e fazer seus financiamentos junto ao BASA, agência de Altamira, para cultivar, criar e fixar morada, em seus lotes no assentamento, juntamente com suas respectivas famílias, e o mais importante estavam legalizados. A partir daí tiveram mais segurança para lidarem com suas atividades agrícolas, sendo as principais: pecuária de corte, pesca artesanal, plantio de mandioca, pecuária de leite, essas atividades são dadas fornecidos pela EMATER, que, não forneceu informações completas que foram solicitadas, apenas os dados de 2013,2014 e 2015. Além desses animais, são criados também animais de pequeno porte como galinhas, porcos, além da produção de farinha a partir do PRONAF.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira-STTR também foi pesquisado enquanto participante efetivo na defesa dos trabalhadores rurais de Altamira e que teve grande articulação junto com os agricultores familiares da terra do Assurini, para através de reivindicação junto ao INCRA, conseguirem a criação do PA- Assurini, para então terem acesso a linha de crédito do PRONAF, ofertada pelo Governo Federal.

Muitos desafios foram enfrentados para a realização desta pesquisa, o primeiro e maior deles foi a Pandemia da Covid 19, uma doença que pegou o mundo inteiro de surpresa e que assolou tristeza, preocupação e mortes, eu mesma perdi uma irmã e isso desolou minha família. Por causa da necessidade do isolamento social, não pude realizar a pesquisa *in loco* como planejado inicialmente, contudo, mudei a metodologia para as entrevistas: entrevistei presencialmente três agricultores familiares na sede do STTR, dentro dos protocolos de saúde, e os demais me concederam entrevista via google Meet e via celular. As instituições me concederam dados via e- email, muito embora suas respostas viessem incompletas e por isso se tornou mais uma dificuldade em relação à coleta de dados. Contudo, todos os resultados alcançados foram gratificantes pra mim, individualmente e será uma contribuição para a comunidade de agricultores familiares do Assentamento PA Assurini.

Analisando os dados, foi constatado que todos os entrevistados tiveram acesso ao crédito do PRONAF em cinco linhas: PRONAF_A, PRONAF-B, FNO Mais Alimentos e BNDS, financiados pelo Banco da Amazônia S/A e que apesar da dívida contraída, foi possível também investir em seus lotes ou propriedades. Depois de algum tempo foi possível pagar a dívida e não precisar renovar o crédito como foi o caso da D. Antônia. O sr. Manoel teve dificuldades para pagar por conta da burocracia, mas enfim, conseguiu pagar e depois renová-lo, pois o crédito não foi somente para ele, mas para a sua família. Com o passar dos anos, a família conseguiu se estabilizar plantando cacau, que é um dos produtos mais valorizados da região. Já o sr. José e o sr. Francisco investiram na pecuária de leite e pecuária de corte, além da produção do açaí e cacau.

A pesquisa também apontou a contribuição de todos na construção do assentamento enquanto espaço legalizado e fortalecimento da comunidade, seja na construção de estrada, energia, balsa, igreja e escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Fatores que contribuíram para a permanência dos entrevistados nas suas terras, além de contribuir no desenvolvimento da Agrovila Sol Nascente, como referência comercial, social e de saúde mais próxima.

Desta maneira, analiso que o PRONAF enquanto política pública contribuiu com o desenvolvimento do PA Assurini, dando oportunidade para os agricultores familiares fixarem na terra e construir o seu território e comunidade.

Foram descobertos alguns desafios na política pública PRONAF, como a falta de definição dos critérios que facilite o acesso e as formas de pagamento, ou seja, tornar uma política de crédito menos burocrática e mais acessível, ampliando seu alcance ao seu público-alvo especialmente o agricultor familiar do norte do país. Outro desafio encontrado é que no assentamento pesquisado não foi encontrado nem uma beneficiária do PRONAF Mulher falta especificar e facilitar critérios de crédito específicos para as mulheres, pois nos dados fornecidos pela EMATER, só havia um PRONAF Mulher na região, no município de Uruará. Observou-se que esta linha de crédito, seria importante para as mulheres no assentamento pesquisado.

Portanto, esta pesquisa foi gratificante para ampliar os meus conhecimentos científicos e não pretende esgotar as questões aqui discutidas, ao contrário, quero dar contribuições para novas pesquisas na área da agricultura familiar.

6. Referências

A.W. WOORTMANN, Klaas Axel. **Com Parente não se Neguceia: O Campesinato Como Ordem Moral. Universidade de Brasília: SÉRIE ANTROPOLÓGICA N 69, Brasília- Df, v. 1, n. 1, p. 01-108, 28 fev. 1990. 1. 1 Edição. Disponível em: <file:///C:/Users/anami/Desktop/Mestrado%20pasta%20II/TESE%20DE%20MESTRADO%20GI%20C3%B3ria%20a%20DEUS/WOORTMANN,%20Klaas%20-%20Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20neguceia.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.**

ARAÚJO, Jair Andrade e VIEIRA, José Eustáquio Ribeiro Filho. **Texto para Discussão. Análise dos Impactos do PRONAF na Agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016. IPEA. RJ. 2018. Disponível em**
< http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34221>
consulta em 29.01.2020.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2005: Avanços e desafios. SAF/MDA. Brasília 2005** Disponível em
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf> consulta em 28.09.19.

BORGES, Antonadia. Tempo de Brasília. Etnografando lugares eventos da Política. **Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 21, p. 01-185, 2003. 21. Coleção Antropologia Política. Disponível em: file:///C:/Users/anami/Desktop/Mestrado%20pasta%20II/tempo_de_brasilia.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de estudos Agrários e desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para as mulheres. MDA/NEAD. Brasília. 2005. Disponível em**
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204232-74145-lt_Cirandas_do_Pronaf_pa-3345319.pdf> Acesso em 30.09.2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria 121 de 22.05.2001**. Disponível em:

<https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR91199G10&p=portaria+121+pronaf+2001>> Acesso em 30.09.2019.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. O Conceito de Território e Políticas Públicas: algumas reflexões. **Iv Jornada Internacional de Políticas: O Conceito de Território e Políticas Públicas: algumas reflexões**, São Luiz, v. n. , p. 01-10, 25 ago. 2021. 1. IV. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

CARNEIRO, Maria J. **Política Pública e Agricultura Familiar: Uma Leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura. V.8.1997,p.70 Disponível em <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>> consulta em 18.01.2020.

CASTRO, Cesar Nunes de. **Desafios da Agricultura Familiar: o caso da Assistência Técnica e Extensão Rural**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. **Repositório.Ipea** [s. l], p. 49-59, 12 jul. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade: Economia e sociedade**, Campinas São Paulo, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/RQb5YRq9hpV5RDkjbNL69zr/?lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

COMERFORD, John Cunha; **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção e organizações camponesas**. RJ.Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política- UFRJ.1999.Disponível em <https://books.google.com.br/books/about/FAZENDO_A_LUTA.html?id=pJ27AAAAIAAJ&redir_esc=y > consulta em 21.04.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Entrevista com Geraldo Di Giovanni, professor doutor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp.

Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/jornal27-geraldodigiovanni.pdf> publicado em 05 dez de 2014. Acesso em 07.11.2021

GOMES, Ângela. (2005). **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas**. *Revista USP*, (65), 105-119. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p105-119>. Consulta em:03.03.2020

LIMA, Cleidimar Rodrigues de Sousa. **Trabalho, direitos coletivos e os princípios da liberdade e da autonomia sindicais [manuscrito]: entre o "justo e o injusto" nas políticas, nas leis e nos tribunais trabalhistas**: trabalho, direitos coletivos e os princípios da liberdade e da autonomia sindicais [manuscrito]: entre o "justo e o injusto" nas políticas, nas leis e nos tribunais trabalhistas. 2015. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/anami/Downloads/tese vers o definitiva profa. doutoranda cleidimar rodrigu.pdf](file:///C:/Users/anami/Downloads/tese%20vers%20o%20definitiva%20profa.%20doutoranda%20cleidimar%20rodrigu.pdf). Acesso em: 27 nov. 2021.

MELO, Andrio de Oliveira Cohen (org.). **PROATER MUNICIPAL 2020 ESCRITÓRIO LOCAL ALTAMIRA REGIONAL ALTAMIRA**: proater municipal 2020 escritório local altamira regional altamira. Altamira: Emater, 2019. (1). Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/PROATER2020/01%20Proater%20Municipal%202020%20Altamira.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MOREIRA, Luiza de Marilac Miléo. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a Economia Solidária**: serviço social e sustentabilidade. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Cap. 1. Disponível em: <file:///C:/Users/anami/Desktop/Mestrado%20pasta%20II/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Luiza%20de%20Marilac%20Mil%C3%A9o%20Moreira.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ROCHA, Carla Giovana Souza. **Reprodução Social e Práticas Socioprodutivas de agricultores familiares do Pará**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Desenvolvimento Rural, Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jundiaí, 2016. Cap. 01.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. Mana vol.17 no.2.RJ.2011. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132011000200006&script=sci_arttext&ting=pt> consulta em 19.11.2020.

SIGAUD, Lygia. "Se Eu Soubess". Os dons, as dívidas e suas Equivalências Rurais. V.1.N.2.Set. UFRJ, 2007. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/655>. Acesso dia 05.12.2021

SILVA, Fernando T. e COSTA, Helio. Silva e Costa. **Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes**. In: FORTES, Alexandre (e outros). Na Luta por Direitos – leituras recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação e do fazer política**. Tese de Mestrado. Belém-PA. 2008

SILVA, Andreany dos Santos. **Saberes e Práticas Socioculturais de Populações assentadas e suas relações com saberes escolares.**: saberes e práticas socioculturais de populações assentadas e suas relações com saberes escolares. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Educação, Universidade do Estado do Pará-Uepa, Belém-Pa, 2013. Cap. 1. Disponível em: file:///C:/Users/anami/Desktop/Mestrado%20pasta%20II/andreany_dos_santos_silva%20mestrado.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: A Trajetória de um Discurso a Muitas Vozes**. Tese de Mestrado. UFPA . Belém-PA. 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Estudos Sociedade e Agricultura**: agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. 2003. 21 f. Tese (Doutorado) - Curso de Políticas Públicas, Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61., Rio de Janeiro, 2003. Cap. 01. Disponível em: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro,

21, Outubro, 2003: 42-6. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf.Wanderlei>>. Acesso em 01.09.2020

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raizes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários.MG.1996.Disponível em <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> > Acesso em 15.01.2021

7. Anexos

A – Portaria de criação do assentamento.

136
CA-PIREIA, 18 JUL 1993
DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO 10599

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DECRETO Nº 17 DE JULHO DE 1993

Ratifica a decisão do Diretor do IEMET, referente ao reconhecimento da insalubridade de instalações, objeto do processo nº 1188.88828/93-04, em favor da Empresa Laborioso Indústria Condutor de Máquinas Agrícolas Ltda, com Fatura no "taxat" de nº 25, de Lei nº 8.846/92.

Ratifica a decisão do Superintendente Regional de São Paulo - SUPREG/SP, referente ao reconhecimento da insalubridade de instalações, objeto do Processo nº 9.88888/93-24, em favor da Telecomunicações de Rondônia S.A, com Fatura no "taxat" de nº 25, de Lei nº 8.846/92.

Ratifica a decisão do Superintendente Regional de São Paulo - SUPREG/SP, referente ao reconhecimento da insalubridade de instalações, objeto do Processo nº 9.88888/93-24, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia S.A, com Fatura no "taxat" de nº 25, de Lei nº 8.846/92.

Ratifica a decisão do Superintendente Regional de São Paulo - SUPREG/SP, referente ao reconhecimento da insalubridade de instalações, objeto do Processo nº 9.88888/93-24, em favor da Central Saneamento de Rondônia S.A, com Fatura no "taxat" de nº 25, de Lei nº 8.846/92.

Ratifica a decisão do Superintendente Regional de São Paulo - SUPREG/SP, referente ao reconhecimento da insalubridade de instalações, objeto do Processo nº 9.88888/93-24, em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com Fatura no "taxat" de nº 25, de Lei nº 8.846/92.

O valor de indenização será calculada pela administração do programa. Estas resoluções entraram em vigor a partir da data desta relação e serão publicadas no D.O.U.

LUIZ ANTONIO ROBERTI
Presidente do Conselho

DEF. Nº 374/93

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional no Pará

PORTARIA Nº 92, DE 17 DE JULHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 100, de 20 de maio de 1994, publicado no D.O.U. de 24 de maio de 1994.

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento urbano do loteamento em terras pertencentes ao Estado do Pará, localizado no Município de Marabá, no Estado do Pará, denominado: "Parque das Indústrias Agrícolas do Estado", nº 88.846, de 21 de maio de 1993.

CONSIDERANDO que a análise preliminar do Processo INCRANAL 01/93 0186, pelas seguintes razões:

- I - Apoiar a proposta de loteamento, para assentamento de agricultores, de índole rural denominada: "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" em área de 3.182,04 ha (três mil, oitocentos e sessenta e dois hectares), localizada no Município de Marabá, no Estado do Pará, registrada em nome da UNIAO, sob o número 411, livro 236, do Cartório da União Civil do Cartório do Registro Civil de Marabá, do Estado do Pará, e cujo registro encontra-se datado no número 1205, livro 34, folhas 174, do Registro de Imóveis do Cartório do Município de Marabá, e que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de comunidade rural, de conformidade com o Plano Plurianível, aprovado em 8/9/92.
- II - Dar o Projeto de Assentamento "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com o Distrito de Assentamento.
- III - Autorizar o Distrito de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso do processo, se fizerem necessárias para a construção das unidades do Projeto.
- IV - Determinar o Distrito de Assentamento que encaminhe o presente auto, em aprovação, para o Distrito de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação de registro no Diário Oficial do Estado.
- V - Determinar o Distrito de Assentamento que participe nos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como o Fórum, o Projeto de Lei.
- VI - Determinar o Distrito de Assentamento que registre as informações relevantes ao Projeto de Assentamento no âmbito do Sistema de Informações do Projeto de Reforma Agrária - SIRA.

WALTER CARDOSO

PORTARIA Nº 32, DE 17 DE JULHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 100, de 20 de maio de 1994, publicado no D.O.U. de 24 de maio de 1994.

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento urbano do loteamento em terras pertencentes ao Estado do Pará, denominado: "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" em área de 3.182,04 ha (três mil, oitocentos e sessenta e dois hectares), localizada no Município de Marabá, no Estado do Pará, registrada em nome da UNIAO, sob o número 411, livro 236, do Cartório da União Civil do Cartório do Registro Civil de Marabá, do Estado do Pará, e cujo registro encontra-se datado no número 1205, livro 34, folhas 174, do Registro de Imóveis do Cartório do Município de Marabá, e que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de comunidade rural, de conformidade com o Plano Plurianível, aprovado em 8/9/92.

CONSIDERANDO que a análise preliminar do Processo INCRANAL 01/93 0186, pelas seguintes razões:

- I - Apoiar a proposta de loteamento, para assentamento de agricultores, de índole rural denominada: "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" em área de 3.182,04 ha (três mil, oitocentos e sessenta e dois hectares), localizada no Município de Marabá, no Estado do Pará, registrada em nome da UNIAO, sob o número 411, livro 236, do Cartório da União Civil do Cartório do Registro Civil de Marabá, do Estado do Pará, e cujo registro encontra-se datado no número 1205, livro 34, folhas 174, do Registro de Imóveis do Cartório do Município de Marabá, e que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de comunidade rural, de conformidade com o Plano Plurianível, aprovado em 8/9/92.
- II - Dar o Projeto de Assentamento "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com o Distrito de Assentamento.
- III - Autorizar o Distrito de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso do processo, se fizerem necessárias para a construção das unidades do Projeto.
- IV - Determinar o Distrito de Assentamento que encaminhe o presente auto, em aprovação, para o Distrito de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação de registro no Diário Oficial do Estado.
- V - Determinar o Distrito de Assentamento que participe nos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como o Fórum, o Projeto de Lei.
- VI - Determinar o Distrito de Assentamento que registre as informações relevantes ao Projeto de Assentamento no âmbito do Sistema de Informações do Projeto de Reforma Agrária - SIRA.

WALTER CARDOSO

PORTARIA Nº 31, DE 17 DE JULHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 100, de 20 de maio de 1994, publicado no D.O.U. de 24 de maio de 1994.

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento urbano do loteamento em terras pertencentes ao Estado do Pará, denominado: "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" em área de 3.182,04 ha (três mil, oitocentos e sessenta e dois hectares), localizada no Município de Marabá, no Estado do Pará, registrada em nome da UNIAO, sob o número 411, livro 236, do Cartório da União Civil do Cartório do Registro Civil de Marabá, do Estado do Pará, e cujo registro encontra-se datado no número 1205, livro 34, folhas 174, do Registro de Imóveis do Cartório do Município de Marabá, e que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de comunidade rural, de conformidade com o Plano Plurianível, aprovado em 8/9/92.

CONSIDERANDO que a análise preliminar do Processo INCRANAL 01/93 0186, pelas seguintes razões:

- I - Apoiar a proposta de loteamento, para assentamento de agricultores, de índole rural denominada: "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" em área de 3.182,04 ha (três mil, oitocentos e sessenta e dois hectares), localizada no Município de Marabá, no Estado do Pará, registrada em nome da UNIAO, sob o número 411, livro 236, do Cartório da União Civil do Cartório do Registro Civil de Marabá, do Estado do Pará, e cujo registro encontra-se datado no número 1205, livro 34, folhas 174, do Registro de Imóveis do Cartório do Município de Marabá, e que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares e a implantação de infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de comunidade rural, de conformidade com o Plano Plurianível, aprovado em 8/9/92.
- II - Dar o Projeto de Assentamento "COLÔNIA RURAL SÃO JOSÉ DA LINDA" a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com o Distrito de Assentamento.
- III - Autorizar o Distrito de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso do processo, se fizerem necessárias para a construção das unidades do Projeto.
- IV - Determinar o Distrito de Assentamento que encaminhe o presente auto, em aprovação, para o Distrito de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação de registro no Diário Oficial do Estado.
- V - Determinar o Distrito de Assentamento que participe nos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como o Fórum, o Projeto de Lei.
- VI - Determinar o Distrito de Assentamento que registre as informações relevantes ao Projeto de Assentamento no âmbito do Sistema de Informações do Projeto de Reforma Agrária - SIRA.

PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Comissão Especial de Recursos

Turno Especial de Julgamento

RELACÃO Nº 16, DE 18 DE JUNHO DE 1993

A Turno Especial de Julgamento da Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROGARA, de suas atribuições conferidas pelo Decreto Nº 99, de 24 de maio de 1994, e pelo seu Regulamento Interno, aprovado pelo Ministério do DAI, de 18 de outubro de 1992, resolve dar o seguinte parecer de revisão de agente do PROGARA, mantendo-se seu autor de CDI nos seguintes Recursos (col) (prejudicados) (recolocados):

Recursos	Procurador	Relatório	Agência	UF
140	FRAN/WACER	MURARO	AGÊNCIA	SP
141	129/93	JOSÉ BRITAN	190 LUSILA	SP
142	130/93	CAYRES	URUB	MT
143	131/93	HELMO DONATO ROBERTI		MT
144	132/93	ROBERTI		MT
145	133/93	FLAVIO ACHARD STREET		MT
146	134/93	ROBERTI		MT
147	135/93	JOSUEI DAVID DOS SANTOS		MT
148	136/93	BARRA DO GARÇA		MT

B – Ofício enviado ao BASA

Ofício nº 001/2020

Altamira-Pa, 03 Fevereiro de 2021.

Ao Sr. **Plínio Ramalho**
MD Gerente da Agência do **BASA**,
Nesta

Prezado senhor,

Eu, Ana Maria Miléo Moreira, CPF 596.133.512-72 e RG nº2043007-PA, aluna do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Maestría, Estado, Gobierno y Políticas Públicas Flacso- Brasil, venho solicitar a V. Sª., dados para a realização da minha pesquisa de Mestrado que tem como tema Analisar como a Política Pública PRONAF contribuiu para a permanência de famílias que foram beneficiadas no Assentamento Rural PA-Assurini, localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, no período de 2010 a 2015?

Os dados aqui solicitados referem-se: **01.** Os valores e a quantidade de famílias que foram beneficiadas com o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no período de 2010 a 2015; **02.** Quantas famílias foram beneficiadas pelo PRONAF nas quais as mulheres são as titulares?

Na oportunidade apresento a V. Sª., protestos de consideração e apreço e de agradecimento.

Ana Maria Miléo Moreira
Ana Maria Miléo Moreira
Mestranda- Faculdade Latino
Americana de Ciências Sociais
Flacso-Brasil

*Não tem como ter dados somente do
Assurini*

*caféia
Veltan*

RECEBIDO EM:
11/02/2021

Raimunda de Cássia P. Paz
Raimunda de Cássia P. Paz
Gerente de Relacionamento
Mat. 6552-8

C – Ofício enviado a EMATER

Ofício nº 002/2020

Altamira-Pa, 03.02.2021


Ao Sr. **Henrique Pastana**
MD Coordenador Local da **EMATER**
Nesta

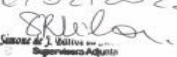
Prezado senhor,

Eu, Ana Maria Miléo Moreira, CPF 596.133.512-72 e RG nº2043007-PA, aluna do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Maestria, Estado, Gobierno y Políticas Públicas Flacso- Brasil, venho solicitar a V. S^a., dados para a realização da minha pesquisa de Mestrado que tem como tema Analisar como a Política Pública PRONAF contribuiu para a permanência de famílias que foram beneficiadas no Assentamento Rural PA-Assurini, localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, no período de 2010 a 2015?

Os dados aqui solicitados referem-se: **01.** A quantidade de projetos para o financiamento do PRONAF para benefícios das famílias que tiveram acesso a essa política pública no período de 2010 a 2015: **02.** Quantas famílias foram beneficiadas durante o período de 2010 a 2015? **03.** Quantas famílias foram beneficiadas pelo PRONAF nas quais as mulheres são as titulares? **04.** Quais bancos são responsáveis pelo financiamento do PRONAF?

Na oportunidade apresento a V.S^a., protestos de consideração e apreço e de agradecimento.


Ana Maria Miléo Moreira
Mestranda- Faculdade Latino
Americana de Ciências Sociais
Flacso-Brasil

Recebido em:
08/02/2021

Henrique Pastana
Coordenador Local da
EMATER - Pará
Altamira

D – Ofício enviado ao Sindicato do Trabalhadores Rurais

Ofício nº 004/2020

Altamira-Pa, 03 de Fevereiro de 2021

Ao Sr.
Domingos Alves de Oliveira
MD Presidente do **Sindicato Rural dos Trabalhadores**
Nesta

Prezado senhor,

Eu, Ana Maria Miléo Moreira, CPF 596.133.512-72 e RG nº2043007-PA, aluna do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Maestría, Estado, Gobierno y Políticas Públicas Flacso- Brasil, venho solicitar a V. Sª., dados para a realização da minha pesquisa de Mestrado que tem como tema Analisar como a Política Pública PRONAF contribuiu para a permanência de famílias que foram beneficiadas no Assentamento Rural PA-Assurini, localizado no Município de Altamira, Estado do Pará, no período de 2010 a 2015?

Os dados aqui solicitados referem-se: **01.** Quantidade de famílias que foram beneficiadas com o financiamento do PRONAF no período de 2010 a 2015.

Na oportunidade apresento a V.Sª., protestos de consideração e apreço e de agradecimento.


Ana Maria Miléo Moreira
Mestranda- Faculdade Latino
Americana de Ciências Sociais
Flacso-Brasil

E – Roteiro de entrevista realizada com os moradores do Assurini

Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas FLACSO-Brasil

Tema: Analisar como a Política Pública PRONAF contribuiu para a permanência de famílias que foram beneficiadas no Assentamento Rural PA- Assurini, localizado no município de Altamira, Estado do Pará, no período de 2010 a 2015?

Roteiro de perguntas para a entrevista os moradores do Assentamento PA- Assurini.

Identificação:

Nome completo:

Idade:

Naturalidade:

Endereço:

01. Como e quando o senhor veio morar no Assurini?
02. Quando o senhor ouviu falar sobre o assentamento pela primeira vez? O que fez o sr decidir vir morar no Assurini?
03. Antes de morar no Assentamento do Assurini, o sr já tinha morado em outro assentamento?
04. Existem outros parentes seus que moram no Assentamento do Assurini?
05. Quem foram os primeiros assentados? Como conseguiram essa terra?
06. Como era a relação com os pequenos Agricultores?
07. Que tipo de produção agrícola o sr. cultivava em sua propriedade? A família ajuda no cultivo?
08. O senhor já foi beneficiado com as políticas públicas de investimento para a agricultura? Quais? Como funcionava?
 - 08.1. O senhor conhece o PRONAF?
09. Houve melhoria no Assentamento Assurini? Quais?
10. O sr é filiado no STTR de Altamira?
11. Conte um fato um fato que foi marcante em sua vida de agricultor no Assurini.